

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO
HISTÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUALIDADE

ANDRESSA LIMA SANTOS

JUIZ DE FORA
2017

ANDRESSA LIMA SANTOS

A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO
HISTÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUALIDADE

Monografia apresentada pela acadêmica
Andressa Lima Santos ao curso de
Administração da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Renata de Almeida
Bicalho Pinto

JUIZ DE FORA
FACC/UFJF
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar a força necessária para eu realizar o sonho de cursar uma faculdade.

Agradeço à minha mãe Adriana, por todo o sacrifício desprendido durante a minha caminhada desde sempre. Obrigada por estar ao meu lado, pela minha educação e por confiar em mim. Dedico toda a minha caminhada acadêmica a você.

Ao meu irmão Andrei e ao meu sobrinho Adriano, que é o amor da minha vida e que me proporciona dias felizes e alegres.

Agradeço a minha tia Andreia, meu tio Everaldo, e minha avó Maria Aparecida pelo apoio durante toda a faculdade. Sem vocês e sem a minha mãe, nada disso teria acontecido.

Agradeço a toda a minha família de “carneiros”, por me proporcionar os melhores momentos da minha vida, pelos churrascos, pelas festas e pelas viagens. Obrigada!

Agradeço a todos os meus amigos pelas palavras de apoio, mas em especial, ao meu anjo da guarda, Eliel, que me incentivou e me ajudou muito durante o período final da minha faculdade.

Agradeço a Professora Renata que sempre me compreendeu. Obrigada por todo o auxílio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017.

Andressa Lima Santos

¹LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

²Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao ____ dia do mês de _____ de _____, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de _____

_____, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Administração sob o número _____, intitulado _____

_____. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Prof.^a Dra. Renata de Almeida Bicalho Pinto

Prof.^a Dra. Márcia Cristina da Silva Machado

Prof.^a Dra. Lílian Alfaia Monteiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 O PÓS ABOLIÇÃO E A QUESTÃO DA POLÍTICA DE EMBRANQUECIMENTO NO BRASIL.....	11
2.2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	17
2.3 A INTERSECCIONALIDADE DAS RELAÇÕES DE RAÇA E DE GÊNERO	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
4.1 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ZAHRA.....	24
4.2 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE KÉFERA	27
4.3 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE JAMILA	30
4.4 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE RAMLA	32
4.5 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DARÁ	35
4.6 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ADA	37
4.7 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NIARA.....	41
4.8 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE LINA.....	43
5 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a história do trabalho não registra oficialmente a presença da população negra como colaboradora e ainda menos, como principal mão-de-obra utilizada na construção do país.

Esse sentimento de não pertencimento ao mercado de trabalho, a herança escravocrata e o racismo são de suma importância para o entendimento da situação em que a população negra vive atualmente, mas principalmente a situação da mulher negra.

O desajuste dos negros na sociedade no período abolicionista se reflete nos dias atuais, em todos os seguimentos. Quando se trata do mercado de trabalho, os negros apresentam os piores indicadores se comparados com os brancos. E aprofundando sobre a temática, o contexto em que a mulher negra está inserida é o mais agravante, devido a dualidade de preconceitos sofridos por essa parcela da sociedade. Fato que demonstraremos ao longo do texto.

Nesse sentido, constata-se que as mulheres negras sofrem dois tipos de preconceitos, o preconceito de gênero e o preconceito de raça, o que se torna relevante quando se trata da determinação, pela sociedade, dos espaços que estas podem ocupar.

De modo a compreender tal temática, este trabalho procurou responder o seguinte problema de pesquisa: *Quais são as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras para ingressarem e se manterem no mercado de trabalho em Juiz de Fora?*

Como objetivo geral deve-se analisar as possíveis barreiras de inserção e manutenção de mulheres negras no mercado de trabalho em Juiz de Fora.

E como objetivos específicos:

- ✓ Investigar no período pós abolição os fatores que influenciam na situação da mulher negra no mercado de trabalho atual;
- ✓ Analisar como as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho de Juiz de Fora;
- ✓ Identificar as dificuldades das mulheres para se manterem no mercado de trabalho de Juiz de Fora.

A relevância do estudo realizado pode ser atestada pelo fato de que, atualmente, dados estatísticos vêm apresentando que a mulher negra possui os piores índices no mercado de trabalho por décadas, sendo assim buscou-se apresentar os possíveis fatores que podem influenciar estes índices.

Além disso, a abordagem do tema mostrou-se instigante para as áreas das Ciências Administrativas, haja vista que o assunto é pouco abordado nesta área do conhecimento. Segundo Mario e Luiz Guilherme (2004), “Quanto à gestão da diversidade, a ideologia é ainda

mais ressaltada porque a redução do conteúdo político da ideia de gestão da diversidade soma-se à própria negação da existência do racismo e do preconceito de gênero.”

Pois, a valorização da manutenção da diversidade nas organizações ainda está longe do ideal, comprometendo não só a melhoria das condições de vida das mulheres negras, como também o desenvolvimento das empresas, já que estas apresentariam melhores resultados caso se comprometessem com essa diversificação.

O estudo estrutura-se nas seguintes seções além desta introdução: seção 2 constrói-se o referencial teórico, perpassando pelo Processo Abolicionista, a Política DeEmbranquecimento e o Mito da Democracia Racial Brasileira e, por último, A Interseccionalidade das Relações de Raça e de Gênero. A seção 3 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. A seção 4 expõe os resultados e discussões acerca do que se propôs investigar. A seção 5 retrata as conclusões obtidas neste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a compressão deste trabalho, que analisará a situação da mulher negra no mercado de trabalho em Juiz de Fora, é necessário o estudo da trajetória do negro no Brasil, com suas condições histórico-sociais construídas de modo desigual desde a sua origem.

Os tópicos a seguir detalharão aspectos históricos dos negros no Brasil, desde o período abolicionista até a questão da política de embranquecimento da população brasileira e a instauração do mito da democracia racial e, ainda a interseccionalidade das relações de raça e de gênero.

2.1 O Pós Abolição e a questão da Política de Embranquecimento no Brasil.

De acordo com o site Instituto da Mulher Negra Geledés, o Brasil é considerado como o maior país da diáspora africana no mundo, não obstante, ainda que constituindo mais de 50% da população brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os negros se mantêm na base da pirâmide social, não ocupando espaços de decisão e de poder, e continuam sendo a principal vítima de uma violência legitimada, mesmo após 129 anos de abolição da escravatura. Estes fatos, se devem a forma como o processo abolicionista se deu em terras brasileiras.

As raízes históricas da decadência do sistema escravocrata, que era a base da economia, podem ser analisadas a partir do final do século XIX, um período em que houve consideráveis transformações políticas e sociais no Brasil.

Cortada a fonte de reposição externa e tendo em conta as condições dilapidadoras de trabalho imperantes no Brasil, a escravidão estava naturalmente condenada. Contudo, por volta de 1850, havia cerca de 2 milhões de escravos, e, não obstante seu decréscimo, o trabalho compulsório continuaria, ainda por várias décadas, a ser o sustentáculo da economia cafeeira. Isso porque, uma vez extinta a importação de africanos, a reposição de mão de obra cativa é encaminhada pela lavoura cafeeira por intermédio da compra de escravos adquiridos, principalmente no Nordeste. (KOWARICK, 1994, p. 45)

Segundo Kowarick (1994), apesar da abolição do tráfico formal de negros africanos ter ocorrido em 1826, e em 1831, serem declarados livres os que chegassem em terras brasileiras, através de uma lei promulgada pela Inglaterra, o tráfico entraria efetivamente em decadência em meados de 1850. Anterior a isso, o tráfico ainda era um empreendimento poderoso, devido a força econômica advinda da reposição de mão de obra para o desenvolvimento na captação de lucros do comércio internacional.

Em 1888, deu-se a abolição da escravatura no Brasil, fato que não significou a desconstrução dos valores racistas, pelo contrário, a discriminação racial se fortaleceu com a disseminação do chamado racismo científico³. Sendo assim, a abolição não se concretizou de fato, deu-se apenas como um ato jurídico em que os próprios negros lutaram em defesa de sua liberdade e da dignidade.

A adoção, pela elite brasileira, de uma “ideologia racial” teve início nos anos de 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920. A disseminação das teses racistas no Brasil e sua reconstrução na forma de uma ideologia racial ocorreram, assim, no período final da escravidão, quando estava em curso o processo de adaptação da sociedade à mudança do status jurídico dos negros. (JACCOUD, 2008, p. 4)

O período escravocrata, considerado um crime contra a humanidade, deveria sofrer reparação do Estado e da sociedade para com a população negra, já que o mais beneficiado com a escravidão foi o próprio país. Benefícios estes que foram “conquistados” a base do racismo e que ainda hoje submetem a população negra brasileira à uma posição social inferiorizada.

Portanto, não houve uma ruptura entre o período escravocrata e o pós-abolição, pois a Lei Áurea (lei sancionada pela princesa imperial regente Isabel) não foi capaz de transformar as consideráveis desigualdades econômicas e sociais. A população negra manteve-se desassistida pela sociedade e pelo Estado, já que a mão-de-obra nacional formada em sua maioria pelos negros libertos não foi a opção utilizada para o trabalho que, supostamente, passara a ser livre.

A forma como que se fez a abolição condenou os negros à imobilidade social. Essa imobilização trava as possibilidades econômicas e educacionais do negro. Os dois aspectos acabam se tornando um autêntico dilema. Tal impasse constitui a espécie de beco sem saída que os economistas costumam denominar "problemas estruturais". Não se trata de problemas momentâneos que vêm e voltam. Estas dificuldades econômicas e educacionais não são passageiras. Elas estão com os negros desde sempre e dizem respeito à sua história de prejuízos acumulados ao longo de meio milênio. (SANTOS, 2001, p.6)

Nota-se, com os negros lançados a sua própria sorte, que o processo de discriminação manteve-se intacto nas esferas da sociedade, com a manutenção da relação senhor/escravo agora denominada como uma relação de hierarquia entre brancos e negros, o que pode justificar a persistência da pobreza entre a população negra até nos dias atuais.

³ O racismo científico é um conjunto de teorias que explica toda e qualquer diferença dos negros como inferiores, utilizando da ciência para naturalizar os estereótipos difundidos sobre a população negra.

Sendo assim, para a manutenção do privilégio de uma elite branca e racista fez-se necessário dois pilares: a estruturação do racismo juntamente a inexistência de políticas públicas inclusivas para os negros.

O racismo, segundo Nilma Lino Gomes consiste:

Por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES,2005, p.52)

Conforme Borges, Medeiros e Adesky apud Gomes (2005) o racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional.

Segundo os autores, na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. É o que vemos quando nos reportamos ao extinto regime do Apartheid na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo a década de 60, 70 e 80. No Brasil, esse tipo de racismo também existe, mas geralmente é camuflado pela mídia.

Já a forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos.

Pode-se concluir que “o racismo parte da suposição irracional da superioridade de um grupo racial sobre outro. É também a crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual próprios”. (SANTOS, 2001, p.6)

Segundo Jaccoud (2008), a consolidação da ideologia racista permitiu a naturalização das desigualdades raciais que foram reafirmadas em um novo ambiente político e jurídico. A elite brasileira tinha grande preocupação com a densidade demográfica majoritariamente negra e havia um medo de como seria um Brasil livre sendo assim, com este pensamento, disseminou os preconceitos quanto a participação dos negros nos espaços públicos, acentuou os mecanismos discriminatórios e os estímulos à imigração europeia foi fortalecido.

Observa-se, então, a não inclusão da população negra no que se refere as políticas públicas, juntamente ao fato de que o Estado brasileiro deu início a um processo de imigração subvencionada, o que permitiu a chegada em massa de trabalhadores europeus no Brasil.

A consolidação da existência de uma hierarquia racial e o receio de uma sociedade multirracial da elite brasileira racista somaram-se à ideia de que a miscigenação entre negros africanos e brasileiros e brancos europeus permitiria alcançar a predominância da raça branca.

De acordo com Jaccoud (2008), a tese do branqueamento como projeto nacional surgiu como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com a busca do progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal ao país.

Os imigrantes europeus ocupavam-se nas áreas mais dinâmicas da economia, a população negra foi excluída e pressionada para as áreas da economia de subsistência, para regiões rurais de economia estagnada e também fazendo pequenos serviços urbanos, sob condições onde era notória a falta de qualificação e a baixa remuneração ou até mesmo atividades não assalariadas:

Mais de setecentas mil pessoas (aproximadamente 5% da população da época) foram colocadas à disposição de um mercado de trabalho fictício. Os imigrantes chegavam em grande número e estavam, de fato, mais preparados para o trabalho assalariado do que os ex-escravos. Para que se possa ter uma ideia adequada do impacto causado, esse montante representaria, em 1991 - ano do último censo -, mais de 7 milhões de pessoas colocadas de uma só vez no olho da rua! Aliás, no olho da rua ficaram para não mais sair. Parte importante do desemprego estrutural brasileiro nasce daí. (SANTOS, 2001, p.7)

Dessa forma, segundo KOWARIC (1994), pode-se reiterar que é preciso frisar que a população negra brasileira tendeu a ser absorvida pelo processo produtivo somente em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou nula. E ainda que a sua utilização ocorreu mais acentuadamente nas regiões decadentes e nas que apresentavam pouco dinamismo, sendo deixadas poucas oportunidades para os negros, que passaram a realizar tarefas árduas e de menor remuneração, como o desbravamento e preparo de terra.

E, segundo SANTOS (2001), como consequência, os efeitos contra os negros se fazem sentir ainda na atualidade, com um desemprego e subemprego permanentes, tão antigos que fazem parte da cultura econômica brasileira, onde há uma multidão disponível de pessoas mal capacitadas para qualquer vaga que surja.

Não se pode pensar, porém, que nada aconteceu no Brasil antes da chegada dos imigrantes quando se trata de trabalho, no século XIX. Segundo Santos (2001, p.7) “era assim que pensavam as centrais sindicais. Até meados dos anos 80 os sindicatos escreviam cartilhas cometendo esse incrível erro histórico. Para estes órgãos, o trabalho começara no Brasil com a chegada dos imigrantes!”

Segundo Furtado (2010), o fato da maior parte da população livre e liberta encontrar-se no setor de subsistência e em setores menos dinâmicos e por não estar adaptada ao trabalho assalariado, somado ao fato de, segundo o autor, se tratar de uma população difícil de ser

recrutada devido à sua dispersão em vastas áreas territoriais são as razões pelas quais a mão-de-obra da população negra, então liberta, disponível e que constituía maioria da população, não fora utilizada para o desenvolvimento econômico e produtivo vigente a época, sendo a imigração escolhida para atender o novo formato que se instaurava.

Por outro lado, alguns autores abordam esta questão com a seguinte perspectiva: [...] “São sobretudo os grandes fazendeiros:

[...] que vão achar perigoso manter-se dependente do trabalho dos ex-escravos. Desconfiando ainda da possibilidade de se contar com os livres e libertos, tidos como avessos às atividades laborais. Além do mais, também era objetivo dessa elite política o branqueamento da nação.” (THEODORO, 2008, p. 24)

Seguindo este mesmo raciocínio, Bento (2002) e Azevedo (2004) concordam que com a abolição da escravatura, a elite branca brasileira se sentiu “incomodada” e com medo, segunda as autoras, de um país ameaçador e majoritariamente não-branco. E foi por meio desse medo que se iniciou a política de branqueamento no Brasil.

Bento (2002) afirma que o medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos.

Portanto,

[...] a monopolização dos postos de trabalho pelos imigrantes europeus, na sociedade de classes que emergia, interpretado como fruto de um melhor preparo desses imigrantes, foi posteriormente contestado por vários estudiosos. Na verdade, o que se deu foi a mais cristalina discriminação racial com o objetivo explícito [...] de excluir o negro, uma vez que os imigrantes que aqui vieram tinham o mesmo nível de preparo que o negro (BENTO, 2002, p. 23)

Sabe-se que a ideologia do branqueamento, tanto em seu caráter ideológico, quanto em sua expressão concreta – branqueamento da cor da pele – consiste em uma das formas de racismo velado, o chamado racismo à brasileira, mas que ocorre até mesmo institucionalmente.

Segundo Domingues (2002), pelas estimativas difundidas, inclusive em documentos oficiais do governo como o Censo de 1920, o tempo necessário para a extinção do negro no Brasil oscilava entre 50 a 200 anos.

Esse Estado, ao contrário do que geralmente se acredita (ou se quer acreditar), concebeu uma questão racial e se posicionou claramente por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população. Para tal estratégia deveriam concorrer a imigração europeia, de um lado, e a miscigenação, de outro. (VAINER, 1990)

Pode-se observar que, com a mestiçagem, necessariamente, acreditava-se no clareamento da pessoa, porém não se cogitava a hipótese de que a mestiçagem gerava o enegrecimento da população.

Schwarcz (1993) evidencia em seu trabalho que constantemente o país era descrito como miscigenado, porém as raças passariam por uma seleção natural, e como consequência chegaria então ao ponto em que o Brasil se tornaria totalmente branco, ou seja, que ocorreria uma assimilação⁴ dos negros pelos brancos.

Portanto, de acordo com Domingues (2002), o branqueamento de ordem social estava fundamentado na assimilação, sendo que os negros deveriam assimilar os valores dos brancos e pensar, sentir e agir conforme a ideologia racial da elite. Então, negava-se tudo o que tivesse referência ao mundo negro: forma de andar, falar, forma de se vestir, cabelo, tradições culturais e religiosas.

Em sua obra “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre discorre sobre o “mal da mestiçagem”, identificando-se largamente com as questões do branqueamento e miscigenação.

O autor assegurava que a disparidade social entre a elite e a população majoritária da época se alterava com a miscigenação, sendo assim, a desigualdade entre brancos e negros não existia mais, suavizando e harmonizando, assim o conflito existente: “(...) O problema do negro, entre nós, está simplificado pela miscigenação larga que alagou tudo, só não chegando a um ou outro resto mais só e isolado de quilombo ou a um outro grupo ou reduto de brancos mais intransigente nos seus preconceitos de casta ou de raça.” (FREYRE 2001, p. 649)

Nesse sentido, depreende-se que a miscigenação era vista na época como uma forma de solução para a questão da majoritariedade negra na população brasileira, e após a concretização dessa suposta resolução, concretizou-se o mito da democracia racial que será abordado no tópico a seguir.

⁴Assimilação aqui pode ser entendida pelo tipo de mudança étnica pela qual as pessoas se tornam parecidas. Assimilação é um processo que pressupõe que a minoria irá se adequar aos modos de vida da maioria étnica racial

2.2 O Mito Da Democracia Racial

No Brasil, a existência da desigualdade social é um ponto de consenso entre os estudiosos. Entretanto, quando tratamos das questões raciais como determinante no processo de construção histórica, que definem tais desigualdades sociais atuais, surgem contestações que são muitas vezes argumentadas através do mito da democracia racial.

O mito da democracia racial se baseia numa distorção sustentada na ideia de que as pessoas negras não possuem barreiras que as impeçam de ascender socioeconomicamente, criando assim, uma ideia de igualdade que nunca existiu para camuflar a opressão sofrida pelos negros desde a diáspora africana no Brasil.

De acordo com Domingues (2005), as raízes históricas do mito da democracia racial remontam ao século XIX, impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitavam o país, pela produção da elite intelectual e política, pela direção do movimento abolicionista institucionalizado, além do processo de mestiçagem.

Ainda de acordo com o autor, os viajantes cooperaram para a estruturação do imaginário racial nas relações entre negros e brancos, em que se pensava numa suposta liberalidade do sistema racial brasileiro, no qual a população negra era tratada como igual e juntamente com os brancos conviviam, constituíam famílias entre si, gerando, assim, os mestiços.

Os escritos estrangeiros gerados através de produções da elite intelectual e política apresentavam a romântica representação da instituição escravista, relatando uma relação amigável e benevolente entre senhores e escravos, assentando, dessa forma, uma relação de generosidade, doçura e intimidade.

Os discursos de um movimento abolicionista institucionalizado também eram regados de uma ideologia da democracia racial. A aparente ausência de conflito no sistema escravocrata era o suporte para o clima de fraternidade racial brasileiro. Os senhores se mantinham paternalistas em relação aos negros, para que pudessem ocultar as contradições dos interesses raciais e assim, evitar um possível descontentamento e protestos dos negros.

E, por último, a fundamentação do mito através da mestiçagem na formação histórica do país, que era defendida como indicadora da tolerância étnica na sociedade brasileira. Entretanto, o real significado do interesse da elite branca era apresentar-se como um país sem discriminação racial, haja vista que o período escravocrata, teoricamente, havia se interrompido no século XIX.

Nesta linha de pensamento, sobre a obra de Freyre (2001), Maria Aparecida Silva Bento expressa que:

(...) ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o "insucesso dos mestiços e negros" deve-se a eles próprios. Desta forma, ele fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais. Estes postulados constituem a essência do famigerado Mito (ou ideologia) da Democracia Racial Brasileira. Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial. (BENTO, 2002, p. 21)

Portanto, pode-se observar que tal harmonia nunca ocorreu como acreditava Freyre, pois contrária a esse mito da democracia racial, a realidade é que a população negra, 129 anos após abolição da escravatura, continua à margem da sociedade, carregando estereótipos de inferioridade, imoralidade e incapacidade.

Por fim, pode-se ressaltar que a tese do branqueamento foi uma forma de consolidar a supremacia branca e uma tentativa de fazer com que a cultura e os costumes dos negros desaparecessem gerando a miscigenação e, conseqüentemente, embasando a ideia de uma democracia racial. Este fato, da ideia de uma democracia racial, exerce uma violência simbólica sobre a mulher negra, dificultando a percepção de que o racismo e, ainda, o sexismo se conectam, criando dinâmicas entre essas opressões que impactam na vida das mulheres negras no mercado de trabalho.

2.3 A interseccionalidade das relações de raça e de gênero

O colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e justifica a nulidade do colonizado pelo ócio. No retrato constará uma inacreditável preguiça, ao contrário do colonizador, que tem um gosto virtuoso pela ação. Este último sugere que o trabalho do colonizado é pouco rentável, o que autoriza os salários insignificantes e a exploração. Desse modo, mesmo professores, médicos e engenheiros negros colonizados nunca receberam salários iguais aos de seus colegas brancos. (MUNANGA, 1988, p. 22)

No Brasil, as relações de gênero e de raça definem efetivamente os lugares onde as mulheres e os negros devem, ou não, ocupar, já que essas relações estão pautadas num preconceito enraizado que definem estigmas para estes sujeitos. Este fato se reflete no mercado de trabalho, onde podemos observar o tamanho da desigualdade nesses espaços.

O acesso da mulher no mercado de trabalho se deu em grande proporção com o desenvolvimento do capitalismo e a situação de subcategorização vividas nesses ambientes apenas refletia o cenário de discriminação que eram submetidas na sociedade.

De acordo com Moreno (2016), as mulheres entraram no mercado de trabalho quando este necessitava de mão de obra em algum setor específico e, além disso, essas mulheres tinham de provar que mereciam a oportunidade que lhe eram oferecidas.

Começaram entrando em profissões que, de alguma maneira, representassem uma extensão do trabalho doméstico. Se, em casa, cuidavam da faxina ou do fogão, viraram faxineiras ou empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras e similares. Se, em casa, cuidavam da educação dos filhos, passaram a ser babás, e, no topo, professoras. E assim foi. (MORENO, 2016, p. 20)

No ano de 2016, o Instituto Ethos lançou a pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas” – com dados atualizados referentes até 2015 - com o intuito de levantar características dos funcionários das maiores empresas atuantes no país, observando todos os níveis hierárquicos, de acordo com sexo cor ou raça, faixa etária e escolaridade, além da presença de pessoas com deficiência.

A pesquisa mostra que no quadro funcional geral das empresas apenas 35,5% é composto por mulheres, sendo que a presença destas diminui de acordo com o aumento do nível da hierarquia. Nos quadros de estagiários e aprendizes ainda apresentam vantagem, porém no de *trainees*, já perdem espaço apresentando um percentual de 42,6%. Em níveis mais altos como os de gerência (31,3%), executivo (13,6%) e no conselho de administração (11%) a presença das mulheres diminuem substancialmente.

Em 1995, Maria Aparecida Silva Bento afirmava que a mulher negra já vinha sendo apontada como aquela exposta a maior precariedade de trabalho brasileiro, porém os estudos sobre a perspectiva de gênero raramente levavam em consideração a variável cor, tratando o fator racial como inexistente como se as especificidades das questões da mulher negra se esgotassem na discussão geral concernentes as mulheres. Atualmente, o quadro da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro continua sendo o mais precário, devido a dupla exclusão sofrida por essas mulheres, ressaltando que além da vulnerabilidade decorrente do sexismo, sofridos pelas mulheres em geral, essa parcela da sociedade também é atingida pelo racismo, o que tem provocado ao longo da história as profundas disparidades na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Ainda de acordo com a pesquisa do “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas”, os negros, de ambos os sexos, têm participação de apenas 34,4% em todo o quadro de pessoal nas empresas. E as mulheres negras têm condição ainda mais desfavorável, com 10,6%, ocupando 10,3% do nível funcional, 8,2% da supervisão e 1,6% da gerência. No quadro executivo, sua presença se reduz a 0,4%. BENTO (2016) diz que mulheres negras são parte substantiva do segmento a ser beneficiado pelos programas de

gênero nas empresas e sua exclusão ou sub-representação fragiliza o discurso e os esforços no campo da sustentabilidade e responsabilidade social.

O caso das mulheres negras é um desafio quando se trata de diversidade no mercado de trabalho, pois em todos os indicadores brasileiros nesses espaços se encontram em pior situação como, por exemplo, taxas de participação mais baixas, alta taxa de desemprego e informalidade, bem como rendimentos inferiores. (BENTO, 2016)

Observa-se a partir da Tabela 1 que as mulheres negras seguem com participação menos expressiva que os homens negros no mercado de trabalho. Esses dados se tornam mais discrepantes quando se compara a mulher negra com o homem não negro.

Tabela 1

Taxas de participação das populações negra e não negra, segundo sexo				
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2015				
REGIÕES E PERÍODOS	NEGROS		NÃO NEGROS	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
DISTRITO FEDERAL	56,5%	69,2%	53%	65,8%
FORTALEZA	47,3%	65,9%	50,9%	66,9%
PORTO ALEGRE	48,1%	61,5%	47%	63,7%
SALVADOR	49,6%	65,4%	50,1%	67,5%
SÃO PAULO	58,4%	71,1%	53,4%	70,6%

Fonte: Adaptado do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2016.

Portanto, podemos observar que a mulher negra está subrepresentada em todas as regiões, ao se comparar com o homem, tanto o branco quanto o negro, porém em três estados a taxa das mulheres brancas está um pouco inferior do que a das mulheres negras. Ainda assim, pode-se ressaltar, como dito anteriormente, que estas se encontram nos cargos mais desvalorizados.

Nesse sentido, verifica-se que o efeito discriminatório reproduzido no mercado de trabalho o qual impacta sobre a mulher negra é um fato extremamente relevante para a compreensão da interseccionalidade de gênero e raça, o que compromete diretamente as suas possibilidades de ascensão de forma mais igualitária no mercado de trabalho.

Além disso, soma-se a estes fatos as barreiras na manutenção da mulher negra no atual mercado de trabalho que é marcado pela discriminação racial, pela desigualdade salarial e pela situação socioeconômica familiar vividas por essas mulheres.

No que se refere a discriminação racial é verificado na literatura, a partir de autoras como Bento (1995) e Carneiro (2003), que as mulheres negras sofrem preconceito no seu ambiente de trabalho, independentemente da classe social em que estas se encontram, por exemplo,

podemos observar que é cada vez mais comum relatos na mídia e no cotidiano de mulheres que alegaram sofrer preconceito no ambiente de trabalho por serem negras. Exemplo disso, pode-se citar o caso Maria Júlia Coutinho⁵, jornalista, apresentadora e comentarista na televisão brasileira, vítima de racismo nas redes sociais, o que evidencia que mesmo ela apresentando um poder cultural, social e econômico ainda é alvo de racismo.

E quando se trata da mulher negra que se apresenta na base da pirâmide social brasileira, este quadro pode ser mais alarmante, pois é notório que a maioria dessas mulheres são as mais atingidas pela falta de instrução, aqui compreendido no sentido de autodefesa e argumentação, por níveis socioeconômicos inferiores, o que impossibilita a luta em defesa dos seus direitos, quando as mesmas se sentem lesadas em alguma situação constrangedora.

A média salarial da mulher negra no Brasil ainda é a inferior se comparada com as médias das mulheres e dos homens em geral. De acordo com uma matéria disponibilizada no site Instituto da Mulher Negra Geledés, no ano de 2015, a mulher negra ganhava em torno de 90% menos que a mulher branca. Pode-se observar, também, que a variável raça é relevante quando se verifica que mesmo as mulheres em geral receberem menos que os homens, a mulher branca chega a receber em torno 35% a mais que o homem negro. E ainda, avaliando os dois extremos, verifica-se que a mulher negra chega a receber 172% menos que os homens brancos.

Portanto, deve-se entender o lugar de desprivilegio da mulher negra na sociedade e como reflexo no mercado de trabalho. A interseccionalidade do racismo e do sexismo afetam diretamente a mulher negra, colocando-a constantemente numa situação de inferioridade e numa tentativa de estudar e reverter essa situação o movimento feminista negro vem colocando essas opressões em evidência afim de rediscutir a problemática das mulheres negras.

Nesse sentido, Carneiro (2003) afirma que as denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas opressão que não somente o sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo e o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

⁵O site Geledés: Instituto de mulheres negras relatou o caso de Maria Júlia Coutinho por meio de uma matéria disponibilizada em 16 de agosto de 2017. Link: <https://www.geledes.org.br/maju-sofre-novo-ataque-racista-na-internet/>

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa restringiu-se a mulheres negras que estão atuando no mercado de trabalho de Juiz de Fora. A coleta de dados foi realizada no centro de Juiz de Fora e em suas proximidades de setembro a novembro de 2017.

Nesse estudo, adotou-se a pesquisa de natureza qualitativa, para que assim pudessemos obter as perspectivas e experiências de vida das entrevistadas sobre como é ser mulher negra no mercado de trabalho juiz-forano. Sobre a pesquisa qualitativa, Fraser e Gondim (2004) afirmam que a sua finalidade é apresentar a diversidade das perspectivas de um determinado grupo de pessoas e, portanto, se faz necessário avaliar se as características de gênero, idade e instrução são relevantes.

O corpus de pesquisa se estabeleceu por julgamentos, ou seja, não foi empregado nenhum processo estatístico de amostragem. Os indivíduos selecionados foram aqueles considerados mais aptos para a coleta de informações, isto é, as mulheres negras atuantes no mercado de trabalho juiz-forano, com a finalidade de verificar se há convergências no contexto histórico e de vivência dessas mulheres.

Em relação à coleta de dados na pesquisa qualitativa, faz-se importante salientar que esta “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.2).

Desta forma, utilizou-se para fins de pesquisa o método de história oral temática, a qual aborda “detalhes da história pessoal do narrador [que] apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central” (MEIHY, 1996, p. 41), no caso a trajetória laboral de cada entrevistada. Conforme Meihy (1996), tal método se vale do produto da entrevista e a realizada nesta pesquisa pode ser caracterizada como uma “entrevista baseada em roteiro, caracterizada pela preparação desse roteiro e por dar ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista” (GODOI & MATTOS, 2006, p. 304).

Foram entrevistadas oito mulheres negras atuantes no mercado de trabalho juiz-forano, com idades, escolaridades, formações e profissões distintas. Buscou-se verificar, de forma abrangente, as características do contexto histórico em que essas mulheres se encontram por meio de entrevistas que se embasaram em um roteiro contendo cinco questões abrangentes que

pudessem subsidiar o levantamento de informações para atender os questionamentos do problema de pesquisa.

Já a análise dos dados retornou ao objeto de estudo, com foco no problema de pesquisa devido ao fato de a “[...]discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo: as categorias representam a reconstrução do discurso a partir de uma lógica impressa pelo pesquisador, portanto expressam uma intencionalidade de reapresentar o objeto de estudo, a partir de um olhar teórico específico” (OLIVEIRA,2008, p.572-573).

Primeiramente, deu-se a transcrição dos dados coletados nas entrevistas de história oral temática, os quais foram lidos repetidas vezes e, então, apreciados com base no referencial teórico. Optou-se por apresentar, primeiramente a história laboral de cada entrevistada individualmente, estabelecendo apenas algumas comparações marcantes. Então, nas conclusões as duas pontas do texto foram entrelaçadas, os dados empíricos foram confrontados com o aporte teórico para apontar respostas às questões que guiaram a pesquisa.

Para fins de análise faz-se importante salientar que “o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (GODOY, 1995, p.6). Desta forma, a capacidade de interpretação da pesquisadora torna-se sumariamente fundamental para a apuração correta dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse tópico sintetizaremos os pontos que são centrais na trajetória profissional de cada uma das entrevistadas, afim de responder quais são as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras para ingressarem e se manterem no mercado de trabalho em Juiz de Fora. Então, nesse sentido, destacaremos como foram os contextos e as vivências de cada uma das entrevistadas no mercado de trabalho.

4.1 A trajetória profissional de Zahra

A entrevista com Zahra, de 52 anos, funcionária pública, graduada em Psicologia com mestrado na área de Educação Pública, ocorreu no início de outubro de 2017 em uma padaria e durou cerca de 35 minutos, tempo em que ela relatou suas vivências e a sua trajetória profissional.

Zahra é uma das mais novas de um total de 5 irmãos e na sua adolescência, quando se tratava de serviços domésticos, somente ela e uma irmã auxiliavam a mãe nos afazeres de casa, quando necessário, pois os outros irmãos já se encontravam casados, não mais residindo na casa dos pais. Essas tarefas não eram obrigatórias entre as irmãs, eram tarefas esporádicas, sendo assim, não intervia nos estudos das mesmas, pois a mãe priorizava que seus filhos se dedicassem ao estudo para que pudessem se realizar profissionalmente:

Esses serviços nunca interferiam, não eram tarefas obrigatórias, esses serviços apareciam de uma forma muito eventual, porque a minha mãe queria até que engrenasse no ensino médio, aí eu não me lembro bem, mas talvez até o final do ensino fundamental, que a gente chamava de ginásio, minha mãe trabalhava em casa, então de qualquer forma ela sempre se responsabilizava por essas tarefas, ajuda era sempre eventual, não uma obrigação, por isso a prioridade era os estudos. (Zahra)

Dessa forma, Zahra ressalta que a mãe sempre a incentivou a estudar, assim como a seus outros irmãos, porém seu pai não tinha esse pensamento devido a forma como foi criado, mas este ponto será tratado com mais detalhes posteriormente. Além disso, somente as mulheres ajudavam a mãe nos serviços de casa, quando necessário, até mesmo as irmãs mais velhas que já trabalhavam fora.

Aos 19 anos, concluiu o ensino médio concomitante à um curso técnico de eletrotécnica e conseguiu um estágio em uma empresa do ramo da construção. Nesse estágio não participou de processo seletivo, foi indicada por um professor do curso que tinha realizado.

Zahra conta que em sua turma do curso de eletrotécnica havia, fora ela, somente mais uma menina, que era branca. A construtora exigiu do curso que indicassem apenas meninas

para a vaga em aberto, sendo assim, um dos professores ficou por conta de fazer tal indicação e optou por Zahra, que não teve dúvidas de que foi escolhida devido a disparidade de rendimento entre ela e a outra menina.

Ressaltou ainda que o professor não optou pela outra menina, devido ao fato de que a indicação envolveria o nome dele, então não poderia indicar uma pessoa com baixo rendimento e se não fosse por esse motivo, não escolheria Zahra. Nessa empresa foi contratada e trabalhou por dois anos.

Zahra explicou que sempre se destacou pelo seu rendimento nas escolas e no curso técnico, e que este fato fez com que se tornasse indiscutível a sua superioridade diante dos outros alunos, e que se não fosse por esse motivo, ela pensa que talvez não seria escolhida, por exemplo, para ser a estagiária da construtora devido ao fato de ser negra.

Logo após esse período na construtora participou de um processo seletivo em uma grande empresa no setor de transporte rodoviário. Na seleção, observou que tanto a chefia do setor, quanto a funcionária que seria substituída, devido a uma gravidez, ficaram espantadas com o rendimento de Zahra, que era muito superior ao dos outros candidatos.

Sobre este caso, ainda completou:

Foi assim...todas duas foram muito claras! Elas estavam assustadas com meu rendimento na seleção...assim, era muito disparado entre os outros candidatos! A questão é que eu tive que ser muito superior, com um resultado muito, muito superior pra conseguir ocupar essas vagas. E nas duas situações, só o resultado bom, não me garantiria nada. Igual no caso do primeiro estágio, o professor estaria comprometido caso ele não tivesse alguém, e no caso da seleção, a empresa privada que tava selecionando, também tinha responsabilidade de ter alguém que respondesse bem, porque era uma área financeira e comprometeria o resultado da empresa. Então, não contratar alguém que era muito bom, né? (Zahra)

Nessa empresa de transporte, permaneceu por cinco anos e nesse meio tempo concluiu o curso de psicologia.

Zahra diz que sua mãe sempre insistiu para que seus filhos optassem pelo concurso público, enxergando esse caminho como a forma mais efetiva deles terem sucesso profissional e com renda garantida. O que era diferente do pensamento de seu pai, que veio de uma família em que somente os homens poderiam estudar e ter uma profissão.

Então, a tradição da família do meu pai era essa, as mulheres tinham que trabalhar em casa de família e só os homens podiam estudar, ao contrário da família da minha mãe, a minha vó materna sempre disse para as quatro filhas 'estudem e trabalhem'. E estudar não era uma alternativa para negros, né? Embora tenha colocado minha mãe e minhas tias para estudar no Santa Catarina, não sei como, porque ela enfrentava, mas o que ela dizia para as quatro filhas era o seguinte 'trabalhem para não depender de marido, vocês vão casar, tá bom! Mas não tem que depender de marido'. E com isso, eu acho que quem mais absolveu isso foi minha mãe, porque ela ensinou a todos os filhos que a gente precisava estudar e trabalhar. (Zahra)

Então, todo o incentivo de estudar e construir uma carreira profissional veio da família da mãe, que repassou todo o pensamento da avó, de que as mulheres podem ter uma vida independente de uma figura masculina, isso numa época em que raramente as pessoas pensavam dessa forma, principalmente as pessoas negras, pelo fato da opressão que sofreram durante séculos.

Dessa forma, logo deu início a carreira como servidora pública, que, segundo a entrevistada, é uma tradição na família, pois os seus irmãos e sobrinhos também são concursados. Assim que passou no concurso para um órgão público federal, também abriu um consultório de psicologia, porém logo foi fechado.

Envolvida nas questões políticas desde a sua adolescência, Zahra participava de reuniões para debater sobre política e questões raciais. Segundo Zahra, ainda com 15 anos de idade já participava de grupos de estudos raciais em uma época, por volta dos anos 80, em que era proibido realizar reuniões.

No seu local de trabalho não foi diferente, desde o início de sua carreira como servidora pública construiu uma relação muito forte entre os servidores e até mesmo, entre professores e alunos, o que possibilitou que seu engajamento político se fortalecesse e se tornasse decisivo nas tomadas de decisão da instituição, como por exemplo, nas eleições para a reitoria, em que os envolvidos tinham receio de como ela poderia interferir nos resultados, já que é uma eleição muito importante:

Então, com dois anos de universidade, eu vou dizer isso com tranquilidade: eu interferi no resultado da eleição pra reitor! Porque eu estava dentro da reitoria e eu tinha um envolvimento que eu conseguia muitos votos, mas esse destaque não é só destaque... o grupo que ganhou viu que se eu não tivesse... “é melhor ela está aqui do que, ou solta, ou do outro lado!” (Zahra)

Então, Zahra percebe que ela é, de um certo modo e até certo ponto, respeitada, apenas pelo fato dos cargos que ocupou e ocupa como servidora na instituição e pelo engajamento político-racial que mantém desde a adolescência, fazendo com que as pessoas tenham receio de como ela possa utilizar as relações que construiu no ambiente de trabalho e também como forma de interesse e de se beneficiar das suas relações políticas. É como se as pessoas soubessem “com quem estão lidando”, falando de uma forma popular.

Zahra explica que o racismo e o sexismo existem o tempo todo, embora ela se sinta mais confortável e consiga identificar mais facilmente fatos sobre as questões raciais, já que sempre esteve mobilizada e sempre participou de movimentos negros.

Ainda assim, de acordo com Zahra, é difícil identificar casos de racismo, pois, no caso dela, nenhum foi explícito, já que ninguém chegou apontando insultos dizendo que estava agindo daquela forma por ela ser negra.

Por fim, Zahra diz que consegue identificar, ainda com muita dificuldade, essas formas de racismo sutis e ainda identifica que quem a trata de uma forma mais respeitosa é porque:

Já sabe com quem está falando” antes mesmo de conhecê-la pessoalmente, pois: na universidade tem aquela convivência...de saber quem é a Zahra. Então, já se relaciona de outra forma, de uma forma, talvez, mais amena, embora sabendo que a fonte do tratamento é diferente porque eu sou negra, mais o fato de não ser explícito muitas vezes te impede do combate frontal. (Zahra)

Portanto, Zahra conclui que por toda a sua trajetória acadêmica e profissional, a contratavam para estágios e empregos pois seu rendimento era muito superior aos dos outros concorrentes, e que se não fosse por esse motivo, não conseguiria pelo fato de ser negra. E já como servidora pública, sente que o tratamento é diferenciado por ser mulher e negra, apesar das pessoas não a excluírem de decisões importantes devido ao poder que construiu ao longo dos anos.

A seguir trataremos de Kéfera, que assim como Zahra não teve a obrigação de auxiliar nos afazeres de casa, porém, estudar não foi um incentivo de sua família. Ela começou trabalhando no salão de sua mãe, como uma forma de conseguir uma renda extra, diferente de Zahra, que sempre se dedicou exclusivamente aos estudos.

4.2 A trajetória profissional de Kéfera

No início de novembro, a entrevista foi com Kéfera, de 24 anos que está cursando Administração em uma instituição pública e atualmente trabalha como recepcionista em uma escola de cursos profissionalizantes. Em uma entrevista de pouco mais de 10 minutos, Kéfera relatou sua trajetória, quais suas perspectivas sobre o mercado de trabalho e ainda, seus anseios para a sua realização profissional.

Primeiramente, mostra-se importante falar sobre uma parte da vida de Iana, mãe de Kéfera, já que algumas de suas decisões que foram citadas na entrevista, e serão descritas num momento seguinte, se basearam na história de vida de sua mãe.

Quando jovem, ainda na adolescência, Iana já trabalhava como manicure de maneira informal e posteriormente, foi contratada como auxiliar de escritório em uma empresa imobiliária, quando sua carteira foi assinada.

Porém, assim que engravidou de Kéfera, Iana optou por deixar o emprego e não trabalhou mais num emprego formal. Com o passar dos anos e Kéfera já mocinha, estudando, Iana resolveu reiniciar sua atividade profissional na área da beleza, que era o que ela fazia na adolescência, fazendo cursos mais atualizados para que pudesse se qualificar e, por fim, montou um salão na garagem de sua casa que está em funcionamento até nos dias atuais.

Quando criança e até mesmo na fase da adolescência, Kéfera não auxiliava nos serviços domésticos, já que a mãe ficava encarregada de tudo, então, se dedicava somente aos estudos. Ela cresceu vendo a mãe trabalhar como autônoma no salão, sustentando a casa com o que fazia e pensava: “se nada dar certo ou se nada sair como eu quero, eu pelo menos tenho essa opção que nem a minha mãe teve, né? De ter essa qualificação e ter a oportunidade de trabalhar informalmente de maneira autônoma.” (Kéfera)

Dessa forma, tanto Zahra quanto Kéfera tiveram a oportunidade de ter os estudos como prioridade durante a infância, pois suas mães conseguiam manter as atividades domésticas, sem que necessitassem de auxílio.

Com o pensamento de ter a área da beleza como uma segunda opção, aos 18 anos, Kéfera optou por fazer cursos profissionalizantes, assim como a mãe. Fez curso de depilação, maquiagem e sobrancelhas e talvez tenha feito mais algum outro, porém não se recordou no momento da entrevista.

Com isso, Kéfera começou a trabalhar no salão com a mãe e assim foi a sua entrada no mercado de trabalho, de maneira informal. Ela ainda estava cursando o ensino médio, porém era possível conciliar, pois ela se organizava de modo que, se estudasse na parte da manhã, atendia na parte da tarde, ou ainda, se estudasse na parte da tarde, atenderia na parte da manhã, e aos sábados não tinha aula, que era o dia de mais movimento no salão.

Então, trabalhar no salão da Iana, nunca foi uma interferência nos estudos de Kéfera, além disso, Kéfera não contribua com a renda da casa, tudo o que recebia era para o próprio uso, pois, segundo a mesma, era um baixo salário.

Aos 19 anos, Kéfera parou de trabalhar com a mãe, pois passou no vestibular para o curso de Administração e, no momento, está para concluí-lo. Há quase dois anos, Kéfera começou a distribuir currículos e explicou:

Eu estava percebendo que era muito difícil pra quem estava tentando trabalhar na área. Pra quem já era formado então... Eu tentei meio que me antecipar. Na época, como eu estava precisando de dinheiro eu não estava escolhendo muito, então como eu não tinha uma experiência na carteira, eu estava buscando comércio ou vagas assim, de recepção, auxiliar de escritório... e aí eu lembro que eu cheguei a ficar uns quatro meses procurando emprego, distribuindo currículo e ai logo nessa empresa, foi a segunda onde eu fiz entrevista, e fui contratada, e estou lá até hoje. (Kéfera)

Na verdade, não era o que Kéfera realmente queria, mas naquele momento, dentre as opções que tinha, foi o que ela mais se identificou, até mais do que para uma vaga de vendedora no comércio, que era a outra alternativa possível fora a de recepcionista. Portanto, foi algo que, de certo modo, lhe contemplou, naquele momento.

Kéfera pensa que, mesmo tendo um curso superior, o mercado de trabalho, principalmente para a mulher negra, está muito difícil e ela não tem esperança de maiores possibilidades na área da Administração, no momento. Os cursos profissionalizantes na área da beleza, que realizou quando mais nova, ainda é uma opção de carreira profissional, caso a formação superior não lhe favoreça.

De acordo com Kéfera, não houve casos de racismo ou até mesmo sexismo que tenham acontecido diretamente com ela nas relações de trabalho. E por isso, assim como Zahra, Kéfera sentiu dificuldades em identificar estes fatos, contudo ainda soube fazer observações que julgou serem relevantes sobre estes questionamentos.

Dessa forma, ela observa que, ainda hoje, os homens entram no mercado de trabalho formal mais rapidamente que as mulheres, e ressalta as particularidades das mulheres negras, que transitam ou permanecem no mercado de trabalho informal com mais frequência.

Então, nós mulheres negras, eu acho que tem mudado hoje em dia, né? Mas há um histórico das mulheres sempre estarem mais presas a esses afazeres domésticos ou voltados pra cuidados e não ser inserida tão cedo quanto os homens no mercado de trabalho formal. (Kéfera)

Sendo assim, Kéfera observa que as mulheres negras estão ocupando com mais frequência o mercado de trabalho informal, seja no trabalho doméstico, seja como diarista, manicure e ainda completa sua fala:

As mulheres negras, no geral... é grande o número de mulheres negras que a gente vê nessas ocupações, autônomas, informais... é mais até do que mulheres brancas. Eu observo, por exemplo, lá na empresa onde eu trabalho, as moças da faxina são negras, o segurança é negro... então, eu observo esses recortes não só lá, mas também nas outras empresas que eu sei do quadro de funcionários, que eu frequento... é algo que salta mesmo, que a gente observa, se a gente tiver com o olhar calibrado pra isso a gente observa que é esse o padrão. (Kéfera)

Portanto, apesar de não conseguir identificar casos em que tenham ocorrido algum tipo de preconceito contra ela, Kéfera entende que sofre as consequências de uma sociedade racista e sexista e se tornou sensível a essas questões, conseguindo identificar facilmente situações que expõe a mulher negra aos piores índices no mercado trabalho.

No próximo tópico, trataremos de Jamila que atualmente trabalha em uma empresa terceirizada. Assim como Kéfera e Zarah, os estudos foram prioridade na infância e atualmente trabalha em uma instituição pública. Porém, as condições do

mercado de trabalho a levaram para a terceirização, onde a precarização é ainda mais evidente, devido a fatores como baixos salários, por exemplo.

4.3 A trajetória profissional de Jamila

Jamila tem 24 anos e possui curso superior em Administração, além do curso técnico em edificações que realizou junto ao ensino médio. Iniciou nossa entrevista dizendo que atualmente trabalha como auxiliar de pesquisa na biblioteca de uma faculdade de um órgão público, porém achou relevante ressaltar que é um emprego terceirizado, que ela não é uma servidora.

A mãe de Jamila sempre cobrou a necessidade dela e sua irmã fazerem os serviços domésticos, porém não como uma necessidade de auxílio a ela, mas como forma de aprendizagem das meninas, então não era sempre que ela realizava esses trabalhos dentro de casa.

Além disso, sua mãe não trabalha fora desde que se casou, concordando ela e o marido de que deveria ficar em casa cuidando dos serviços doméstico e posteriormente das filhas, sendo assim, o pai de Jamila sempre trabalhou fora e a mãe dela, não.

Assim que fez dezoito anos, Jamila quis buscar independência financeira, mesmo sem o pai tê-la obrigado, pois ela sentia essa necessidade. Então, conseguiu um primeiro emprego como garçoneiro, uma indicação de maneira informal através de um colega que tem um restaurante conhecido na cidade.

Porém, seu primeiro emprego não durou quatro dias. Jamila optou por sair tão rapidamente, pois sofreu assédio sexual pelo colega e contou:

Eu fiquei numa parte de lavar prato, ele chegou a ficar esbarrando o corpo em mim, ficar falando que eu era muito bonita, que meu noivo era muito bobo de não estar casado comigo, que ele adorava mulheres negras, que até mesmo a esposa dele é negra, que ele está casado, com filhos, aí juntou a fome com a vontade de comer, eu já não estava gostando do ambiente, juntou isso e para não agravar... (Jamila)

Jamila passou no vestibular e entrou na faculdade de Administração, onde passou em processos seletivos para bolsista e para monitoria. Obteve experiência circulando por vários setores da universidade como, infocentro, restaurante e faculdade de educação física, porém não ocorreram fatos que ela julgasse importante.

Após o término da graduação, Jamila ficou desempregada, justificando que o mercado não estava fácil, então, através de uma indicação, foi trabalhar fora de sua área de formação como promotora de vendas em uma drogaria, porém ela não gostou dessa experiência.

Pra mim foi péssimo, pois assim, eu não sei se era por conta da cor em específico mas é muito difícil encontrar o que você quer, assim de cara que você forma. Porque o mercado de trabalho tá ruim, você não tem experiência na área que está procurando, então assim, eu estava trabalhando em uma coisa que não era voltada pra nenhuma das áreas que eu estudei, nem construção civil nem administração e assim, o mercado, o comércio em si é muito cruel, ele não quer saber do seu bem estar, seus sentimentos, ele não avalia conhecimento, ele avalia só sua sede, sua sede de competição, que são princípios que eu não me identifico. Foi uma das coisas que eu considero muito ruim, sem contar que as condições de trabalho são péssimas, eu costumo contar pro pessoal que eu já almocei entre as baratas, literalmente entre as baratas, assim, lugares bem conhecidos do comércio, inclusive bastante frequentados e não estão nem ai para o bem estar dos funcionários. Muitas vezes a gente acha que é só desaforo de cliente que a gente atura, mas esses males é o menos pior. (Jamila)

Jamila comenta que existe oportunidade de emprego na área administrativa, porém o ensino superior não é valorizado, são oferecidas vagas em que pessoas com ensino médio podem ocupar, sendo que o mercado de trabalho prefere quem não tem ensino superior por terem menos poder de barganha, como por exemplo, não exigirem um salário maior

Também associa este fato as questões raciais, pois quando terminou a faculdade, procurou emprego durante um bom tempo e a resposta que obtinha era “você não se encaixou no perfil”, portanto ela acha que mesmo após ter se qualificado por meio de um curso superior, sua situação não melhorou devido ao racismo.

Jamila diz que a mulher negra sofre preconceito por ser mulher e por ser negra e ainda que a mulher negra ganha menos que o homem branco, porém ela se perguntava qual fator predominava, se era a raça ou gênero. E vivenciando esses fatos no mercado de trabalho, ela disse que percebeu que a raça sobressaía devido ao fato de que as mulheres negras não ocupam cargos de poder.

Então, o racismo é velado, né? Até porque é crime, então a gente sabe que existe, a gente vê superioridade, principalmente tem muitas pessoas que se espantam quando eu falo da minha formação, porque muita gente acha que preto não tem estudo, não tem vocabulário, então quando a gente fala de formação, que a gente se mostra entendido de determinados assuntos tem aquela surpresa, de espanto e isso pra mim já preconceito. (Jamila)

Jamila ainda conta que no ambiente de trabalho já ocorreu de as pessoas explicarem como se realizava tal atividade de maneira lenta, como se estivesse explicando um passo-a-passo para uma criança e já para a outra funcionária, que ocupava o mesmo cargo, o tratamento era diferente:

Na minha opinião, é que as pessoas acham que todo negro é burro, então a gente tem que... explicar um milhão de vezes pra gente, e tem que explicar com aquele mínimo de cuidado pra não parecer racismo mesmo sendo racismo, então não tem outra justificativa, sendo que o mesmo cargo tá sendo ocupado, porque queria comigo tem que detalhar como se tivesse falando com uma criança de 5 anos e com outra pessoa fala normal? (Jamila)

Portanto, Jamila pensa que independentemente do quão qualificada a mulher negra seja, ela sempre sofrerá racismo e este fato diminui muito as expectativas de que um dia esse quadro se altere, já que vivemos em uma sociedade racista.

A próxima trajetória a ser tratada é de Ramla, que diferente das três primeiras entrevistadas trabalhou em casa desde criança, porém este fato não interferiu em seus estudos. Ramla se prontificou a realizar os serviços domésticos, devido ao falecimento de sua mãe. Sendo assim, ela era a única figura feminina em sua casa, mesmo sendo uma criança, e por isso, realizava essas atividades.

4.4 A trajetória profissional de Ramla

Ramla é uma analista de sistema de 24 anos, com o curso superior em Sistemas de Informação em andamento, que atualmente trabalha em uma empresa de tecnologia de informação. Durante a entrevista Ramla ficou emocionada ao contar os fatos que serão relatados posteriormente e, muitas vezes, foi necessário que a entrevista fosse interrompida para que ela pudesse finalizar sua fala.

Desde seus dez anos, Ramla faz todo o serviço doméstico de sua casa, pois, devido ao falecimento de sua mãe, moravam somente ela e o pai, portanto, mesmo ela sendo uma criança, ele não a auxiliava nos serviços de casa.

Ramla não sabia cozinhar, e por isso, essa parte ficava com o pai. Ela conta que estudava nessa época, então deixava para fazer as faxinas no final de semana, para que não interferisse nos seus estudos.

Por volta dos quatorze anos, Ramla começou a trabalhar na casa de uma moça onde a mãe já havia trabalhado. Na verdade, Ramla já convivia com a tal moça, e a auxiliava de forma voluntária, mas percebendo isso, a dona da casa optou por pagar Ramla, que agora não poderia mais fazer os serviços quando bem entendesse. Ainda assim, ela conseguia auxiliar os estudos com esse trabalho, pois o realizava aos finais de semana.

Até este momento, Ramla morava em Itamarati de Minas, onde junto ao seu ensino médio também concluiu o técnico em informática em uma instituição pública. Já quando chegou em Juiz de Fora, começou no mercado de trabalho formal como assistente administrativa. Foi uma indicação, ela trabalhava de carteira assinada, porém conta que não era o que realmente queria fazer naquele momento.

Aí profissionalmente trabalhando, eu já não trabalhava mais na casa de pessoas, né? Trabalhando de carteira assinada foi aqui em Juiz de Fora, primeira vez, meu primeiro emprego eu trabalhei como assistente administrativo, não era minha área, eu entrei lá com a intenção de ser técnica em informática, porque eu precisava fazer meu estágio do curso técnico que eu tinha feito, só que só tinham vagas para assistente administrativo e a gente precisa de dinheiro e aceita. E também falaram que surgindo uma vaga podiam tentar me encaixar pra fazer a parte técnica. (Ramla)

Pode-se observar que, tanto Ramla, quanto Kéfera e Jamila, ao conquistarem seus primeiros empregos, não se identificaram com seus trabalhos, de uma certa forma, já que todas se manifestaram, ressaltando que aceitaram o emprego mais pela necessidade do dinheiro, do que de fato pelas atividades que realizavam.

Ramla conta que, inicialmente, não tinha uma função definida nesse estágio, e que passou por várias funções, tendo que se adaptar toda vez que alteravam seu local de trabalho. Ainda conta que ela era uma das primeiras a chegar no seu ambiente de trabalho, e que a maioria dos outros chegavam atrasados, inclusive sua chefe, Marisa.

Certo dia, na parte da manhã, João, um de seus colegas de trabalho, recebeu uma ligação de Rúbia, que também tinha Marisa como chefe e precisava falar com a mesma. Porém, como Marisa ainda não tinha chegado, João sugeriu que Rúbia falasse com Ramla, porém obteve a seguinte resposta: “Não quero falar com ela não, essa menina não presta pra nada!”.

Ramla conta que João repassou este fato a Marisa, por ter achado que Rúbia foi um tanto indelicada, porém a chefe nem ao menos conversou com a funcionária, que não foi chamada a atenção ou obteve algum tipo de advertência.

Aí ela não chamou atenção nem nada e isso me magoou muito, sabe? Eu tinha um mês de empresa, não sabia mesmo o que eu estava fazendo. Ok! E ela ainda chamou a minha atenção, "Ramla você tem que ser mais proativa, você tem que mostrar serviço". Beleza, mostraria serviço como? Se eu não sabia nem que serviço eu tinha que fazer! (Ramla)

De acordo com Ramla, fatos como este não ocorreram por ela ser uma mulher, devido ao fato de que sua superior também era uma mulher, mas sim por Ramla ser negra, e que somente ocorriam com ela que era mulher e negra. Conta que só consegue observar isso hoje, pois na época ela não conseguia perceber esse tipo de racismo.

O segundo caso, ocorreu na mesma empresa e foi o motivo pelo qual Ramla pediu demissão por não suportar mais os constrangimentos que os funcionários a faziam passar.

A empresa onde Ramla trabalhava, disponibilizava uma camisa de uniforme para que os funcionários pudessem utilizar, porém Ramla não conseguia uma camisa que lhe servisse, por ser gorda, já que a empresa não fornecia tamanhos maiores. E, por esse motivo, ela trabalhava sem a utilização do uniforme.

Apesar disso, Ramla tinha como uma de suas funções verificar se os funcionários estavam fazendo a utilização dos uniformes e, caso não estivessem, era necessário que ela chamasse a atenção dos mesmos. Certo dia, ocorreu este fato e Ramla cumpriu com suas obrigações, cobrando do funcionário a utilização do uniforme e obteve a seguinte resposta de forma bem exaltada: “Por que você está me cobrando usar uniforme? Você não usa uniforme! Você nem é tão gorda assim pra falar que o uniforme não te serve, e se você está gorda, por que não emagrece?”.

Ramla ficou sem reação, pois haviam muitas pessoas a sua volta, e foi para o banheiro chorar, permanecendo por lá durante alguns minutos até que sua chefe, Marisa chegou a procurando. Marisa sentou na cabine ao lado, queria saber como Ramla estava e disse: “Mas você tem que entender, que ele não está errado. Vamos voltar pro trabalho!”.

Dessa forma, Ramla observava que sua chefe e os outros funcionários a tratavam de maneira diferente por ser negra, além de não se importarem caso algum funcionário a tratasse de forma indelicada. Sendo assim, Ramla optou por pedir demissão.

No emprego atual, Ramla conta que trabalha na sua área e gosta muito. Começou fazendo estágio e agora atua como analista de sistemas realizando análise de testes, qualidade, além de lidar com pessoas e clientes. Ela conta que, as vezes é meio estressante lidar com os clientes, porém ela está satisfeita com o que faz, tanto pela função quanto pelo ambiente do trabalho.

Ramla conta que, em sua equipe, além dela, tem mais três pessoas negras que ela quer que se destaque entre os outros funcionários. Por isso, ela conta que cobra mais dessas pessoas por pensar que eles são capazes e para mostrar a todos que eles não estão indiferentes naquele ambiente de trabalho.

Ramla finaliza a entrevista dizendo que foi muito difícil passar pelo seu segundo emprego, e que até pensou que tivesse superado estes fatos, porém, quando ela relembra e conta, percebe que não, que o que vivenciou ainda a machuca muito, a ponto de fazê-la chorar.

A trajetória de Dara, nossa próxima entrevistada, é parecida com a de Ramla, pois Dara também ajudava nos serviços domésticos desde cedo e começou trabalhando no mercado de trabalho informal, além de ter sofrido por vários casos de preconceito que serão tratados a seguir.

4.5 A trajetória profissional de Dara

Dara tem 33 anos, graduada em Administração e especialista em História da África, atualmente trabalha como assistente administrativa, servidora em um órgão público.

Dara conta que costumava ajudar a mãe nos serviços doméstico, junto com a sua irmã, porém o seu pai não ajudava, somente as filhas colaboravam com a mãe nos trabalhos de casa desde pequenas.

Ainda na adolescência, começou a trabalhar no mercado informal, trabalhou com panfletagem e mais tarde, aos 22 anos, participou de um processo seletivo e começou a trabalhar de carteira assinada em uma drogaria. No ano seguinte, iniciou no curso de Administração em uma instituição pública, porém não deixou de trabalhar na drogaria, mesmo sendo uma rotina árdua.

Foram quatro anos conciliando as duas rotinas, de trabalhar na drogaria e cursar Administração, e Dara conta que era seu cotidiano:

Depois da panfletagem, eu comecei na drogaria. Foi em 2006, de carteira assinada, eu fiquei 4 anos trabalhando assim. Era um trabalho que eu trabalhava o dia todo e depois estudava, então, e era um trabalho, eu começava, eu trabalhava como operadora de loja, que se ficava no caixa e arrumava a loja e tal e fazia até serviço de limpeza também na loja e tal, era dividido. Era cansativo assim, era um trabalho, na época, eu recebia pouco mais que um salário mínimo, mas era um trabalho que não era muito... muito valorizado. (Dara)

Portanto, não era o emprego que Dara queria, porém como ela precisava muito, optou por aceitar. Inicialmente ela até chegou a pensar que o comércio seria uma boa opção, porém, quando iniciou viu que era um trabalho muito cansativo e que ela não se identificava com ele.

Dara conta que até pensava em trabalhar em empresas que pudessem ser melhores, no sentido do trabalho e da remuneração, porém não tinha coragem de tentar uma vaga e tinha medo de não ser aceita por conta de sua aparência: “Por não acreditar talvez em...em tá em outras posições, então eu fui procurando aquilo que eu achava que era ideal pra mim, né? Eu não ...eu tinha aspirações mas tinha medo de ir em determinado lugares procurar emprego e não ser aceita, né? Por conta da aparência”. [...] “eu não me via no meio de determinadas empresas.

Quando eu tava trabalhando, eu até tentei, enviei currículo, procurei estágios em outras empresas, mas também, por uma falta de qualificação, eu não conseguia me encaixar muito nesses empregos. ”

Quando estava trabalhando na drogaria, Dara conta que muitas vezes, pensava em desistir e não ter aspirações de um dia conseguir “fugir” desse tipo de emprego e que hoje, mesmo com qualificação, ainda acha que as dificuldades são grandes, pois as mulheres negras ainda estão

ocupando os cargos mais subalternos e ganhando menos, mesmo sendo mais qualificadas do que antigamente.

Após o trabalho na drogaria, Dara viu oportunidade em um concurso público, estudou e passou para o cargo que pretendia e é o emprego no qual ela está atualmente.

Quando Dara tomou posse de seu cargo, percebeu que, no seu ambiente de trabalho, os funcionários costumavam ter atitudes racistas que, para eles, era somente uma brincadeira. Porém, percebendo que estavam sendo preconceituosos, Dara não sorria e não respondia às “brincadeiras” que faziam. Dessa forma, percebendo seu incomodo, a atitude dos colegas mudou com a sua presença, pois perceberam que ela não achava engraçado.

Onde eu trabalho acho que as pessoas se incomodam em fazer piadas racistas, que era uma coisa que acontecia quando eu cheguei e eu acho que pela minha imagem, isso foi modificando e então as pessoas tomam cuidado ao falar determinadas coisas. Mas eu acho que o que mais incomoda é elas me encaixarem em um determinado padrão, né? Então, por exemplo, viram e falam “ah, aposto que a Dara foi no pagode no final de semana, que a Dara não sei o que, aposto que a Dara foi no funk”, sabe? É tipo assim, você tá dentro, você tá encaixada num padrão que é... sei lá... do que as pessoas olham pra você e vê determinados estereótipos. (Dara)

Dara diz que as pessoas, no local onde ela trabalha, tem essa noção de que ela está ali, mas que ela é diferente por ser negra. Comentou que, quando ela entrou, haviam muitas expressões utilizadas pelas pessoas como “coisa de urubu” e “macaco”, se referindo as pessoas negras, porém após um tempo, percebeu que esse tipo de comentário racista foi acabando, pois ela não achava graça, não ria e fingia que não via, sendo assim, todos a sua volta perceberam que esses comentários a incomodava.

Dara conta que muitas vezes era criticada por se relacionar melhor com as meninas da limpeza, ao ponto de chegarem a falar diretamente com ela, que ela só andava com as “empregadinhas”, com as faxineiras e não andava com as outras pessoas. Porém, apesar de não saber explicar esse sentimento, Dara explica que se sente muito melhor e convive muito bem com as meninas da limpeza.

Essas mulheres negras fazem os serviços de limpeza e acontecem diversas situações com essas mulheres, por exemplo, que eu acho que é uma coisa mais visível, as meninas da limpeza trocam roupas no mesmo banheiro que o pessoal que trabalha no serviço administrativo. Todo mundo troca, elas trocam roupa no mesmo horário, todo mundo usava o mesmo banheiro, um dia surgiu um assunto de que o banheiro fedia depois que essas meninas usavam o banheiro e mudaram o banheiro delas, colocaram o banheiro delas no fundo, porque o banheiro que todo mundo usava era um banheiro mais assim, acessível, mais próximo... (Dara)

No emprego atual, Dara diz que outras colegas de trabalho, que são brancas, são consideradas meninas “puras e frágeis”, já Dara possui a imagem daquela pessoa que vai sambar no pagode, que vai em bares da cidade e bebe, daquela pessoa, segundo ela, “bagaceira” e “zoadora”.

Portanto, Dara evitou e, quem sabe, até perdeu algumas oportunidades de trabalho devido a questão da representatividade que as empresas não apresentam devido à falta de diversidade nesses espaços. Vive casos recorrentes de racismo em seu ambiente de trabalho, o que lhe causa, não só constrangimentos, mas também interfere em sua vida.

No próximo tópico será contada a história de Ada, uma senhora aposentada que, assim como Dara, conseguiu concluir o ensino superior, porém também percebeu que ter uma faculdade e ser uma servidora pública não lhe blindaria de sofrer com os preconceitos comuns às mulheres negras na sociedade.

4.6 A trajetória profissional de Ada.

A entrevista com Ada foi em sua casa, por sua preferência, e teve uma duração de um pouco mais que 30 minutos. Ada é uma filósofa de 65 anos que está aposentada, porém atuou durante anos como professora de História na rede pública municipal.

Quando morava na fazenda, Ada trabalhou desde cedo nos serviços domésticos para ajudar a mãe, que saía para trabalhar, então ela cuidava da casa e dos irmãos. A mãe de Ada, não queria que ela estudasse, na verdade, ela queria que a filha aprendesse a ler e escrever, aprendesse o mínimo para que apenas soubesse ler as receitas que as patroas a mandassem fazer.

O sonho dela era que eu soubesse ler as receitas, entender e cozinhar, fazer bons pratos e tudo mais... aí quando eu estava terminando a quarta série, surgiu, lá em Floresta, uma escola de ensino fundamental, o antigo ginásio... aí eu mandei meu nome, cheguei em casa e falei "Mãe, vou estudar, mandei meu nome... vou estudar no ginásio", aí ela "O que? Você fez isso sem a gente mandar, você não vai fazer nada disso não!" Aí me deu uma surra e falou que acabou e que eu ia falar com o padre, o senhor Bráulio, que eu não ia estudar. Fui, falei com o padre João e então ele disse "Então, eu vou lá conversar com a sua mãe!". Então conversou com a minha mãe e convenceu que eu devia estudar e minha mãe: "É, por sua causa seus irmãos todos vão ter que estudar". Então eu não falei nada, aí eu comecei a estudar. (Ada)

A mãe de Ada agiu de modo contrário ao da mãe de Zahra que incentivou que a filha priorizasse os estudos, para quem assim conseguisse um bom emprego. Apesar de agirem de modo contrário, devido à perspectiva que cada uma tinha da vida, as mães de ambas tinham um bom propósito para suas filhas, dentro do contexto de vivência de cada uma. A mãe de Zahra queria que a filha se tornasse servidora pública, e a mãe de Ada, queria que ela soubesse ler para fazer as receitas das patroas.

Quando começou a fazer o ginásio, a irmã e professora de matemática de Ada, conseguiu que ela estudasse em colégio particular conceituado, porém, para que Ada permanecesse nessa escola, tinha de trabalhar limpando os banheiros e o pátio como forma de pagamento:

Estudei lá nessas condições e foi muito difícil porque eu não tinha dinheiro pra comprar material, minha mãe vendia ovos, vendia verduras pra poder fazer as passagens pra gente poder ir pra cidade pra estudar, então foi muito difícil. Depois a minha irmã arrumou um trabalho numa casa de família na avenida Getúlio Vargas e eu ia ajudar também e assim a gente ia fazendo um pequeno serviço. (Ada)

Ada conta que era difícil a conciliação do trabalho com os estudos, porém ela e os irmãos se esforçavam, pois, segundo Ada, eles queriam estudar e não passar fome. Portanto, ela estudava, trabalhava no colégio e ainda foi trabalhar de maneira informal em uma casa. Ada conta que ainda ajudava na secretaria do colégio e que dali veio a vontade de se tornar freira como as suas professoras.

Ada até chegou a se tornar freira, com intuito de ajudar as pessoas, porém não se adaptou ao modo como o convento vivia, com muito luxo e não sabia lidar com a situação de que ela estava vivendo bem, sendo que sua família estava vivendo privações.

Eu não me adaptei por causa que eu achei que tinha muito luxo, muita fartura e eu pensava no pessoal aqui em casa e nos meus irmãos que estavam comendo mal, que estava passando o maior perrengue, que via minha mãe lavando roupa pra fora e essas coisas todas. Então, falei assim "Ah não dá!" Porque eu queria ir por convento naquela ilusão de que eu ia ajudar a humanidade e ia ajudar as pessoas e eu não imaginava que era o luxo que tinha. (Ada)

Após o período do ginásio, Ada passou no vestibular de Filosofia e uma amiga conseguiu estágio em uma instituição pública, onde permaneceu por mais de um ano. Após esse período, ficou um tempo desempregada, porém logo foi chamada, por um padre, que foi seu professor no ensino médio, para trabalhar em uma biblioteca onde permaneceu por trinta anos. Ada ainda estava cursando a faculdade de Filosofia e esse foi o seu primeiro emprego formal.

Enquanto estava na biblioteca, Ada, aos 32 anos, se formou e passou em um concurso municipal para dar aula de História, conciliando os dois empregos. Isso se deu pelo afeto que sentia pelo padre que lhe indicou para o emprego e porque gostava muito de fazer a leitura dos livros que não tinha dinheiro para comprar.

Ada conta que seus pais a criaram para a subalternidade, pelo fato de serem negros, pobres e da roça. Isso se deve a época em que foram criados, em que as relações de opressão dos brancos sobre os negros eram ainda mais visíveis. Os pais de Ada tinham o pensamento de que o mundo era dos brancos, e que seus filhos não poderiam se misturar a eles por serem negros, “então a gente sempre pensou essa questão do nosso lugar que era sempre uma posição subalterna” (Ada).

No período em quem trabalhou de maneira informal em uma casa de família junto com a sua irmã:

Eu percebia que a gente comia o que sobrava da mesa, primeiro todo mundo comia, as raspas ficavam pra nós. E, as vezes, a gente comia e nem ficava satisfeito. As vezes comia e nem tinha bife, porque eles mandava fazer um bife pra cada um e não sobrava para as empregadas, né? Então, assim a gente achava normal, achava assim “ah eles são assim mesmo, eles tem direito porque eles são patrões, eles são os brancos e a gente vai ter que ficar aqui no cantão da cozinha mesmo e dar graças a Deus de comer alguma coisa e de receber um dinheiro no fim do mês”. (Ada)

Portanto, aconteciam essas situações em que Ada ficava chateada, porém, essa situação era banalizada pela sociedade, uma herança escravocrata, pois os negros foram ensinados de que poderiam ser oprimidos pelos brancos.

Quando estagiou no período da faculdade, Ada também sofreu com o racismo entre funcionários que trabalha com ela:

O pessoal fazia brincadeira boba comigo, mandava eu fazer os serviços mais pesados porque elas não queriam, gostavam de me fazer a palhaça. Depois eu fui perceber que essa questão de eu ser palhaça era porque eu era preta, então eu tinha que ser palhaça pra poder ficar no meio e continuar trabalhando e não ser antipática. (Ada)

Ada ainda disse que ela era a única negra onde ela realizava o estágio, todos os outros funcionários eram brancos, e que este tipo de situação acontecia somente com ela. Ada comentou que na faculdade também ocorriam situações em que ela se incomodava:

E eu via na faculdade por exemplo que havia racismo, por exemplo meu professor de história do Brasil nunca acreditou que eu era de Santa Cândida, ele achava que eu era de Cabo Verde mas eu falava que era do Santa Cândida e ele falava “Não senhora, você não é, você tá mentindo, você pode ser de Cabo Verde, mas você tá morando no Santa Cândida” porque os negros que tem aqui na universidade vieram da África e estão estudando aqui por causa de um acordo que foi feito com o governo brasileiro com eles lá, o governo brasileiro manda o trabalhador pra lá e eles mandam os estudantes pra cá. (Ada)

Sendo assim, Ada percebia que as pessoas achavam que era impossível negros brasileiros estarem estudando em uma instituição pública, mesmo quase cem após a abolição da escravatura.

Neste caso da faculdade, Ada respondia e brigava com o professor, por ele não acreditar em suas palavras, dessa forma, ele a humilhava, a chamava de burra, porém ela teria que fazer essa disciplina então mudou a forma de lidar com esse professor: “eu também coloquei na minha cabeça que eu tinha que passar de qualquer jeito na matéria dele e pra isso eu tinha que me esforçar e mostrar pra ele que eu era da periferia, que eu era uma negra mas que não era burra”.

Apesar de, muitas vezes, enfrentar os racistas, Ada só passou a tomar consciência das questões raciais quando começou a participar de um grupo que discutia sobre racismo e foi lembrando sobre situações que passou durante a infância:

Quando eu fiz o primeiro ano primário em São João Del Rei, quando eu morei lá, eu fui pra uma escola particular e minha mãe ficou muito feliz por eu estar em uma escola particular, mas fui lá pra olhar a menina da patroa da minha mãe, que era uma menina que tinha dificuldade de aprendizado, ia lá, levar ela no banheiro, pra pegar as coisas dela e eu tava estudando lá mais pra tomar conta dela e essas coisas eu não percebia. E eu achava que estava estudando lá pra fazer uma vantagem enorme e não era isso, depois que eu comecei a perceber e voltar a trás e perceber "poxa então era isso?". (Ada)

Ada ainda comenta sobre outros casos em que ela só tomou consciência de que era racismo, após ter iniciado no grupo de estudos de quando se tornou professora de História:

E tinha aluno meu, que não entrava na minha sala, porque eu trabalhava no supletivo então os alunos iam estudar e tipo, eu era um plantão pra tirar dúvida, pra fazer prova e tudo, então eu percebia muitas vezes que muitos matriculavam lá e não queria entrar porque eu era negra. (Ada)

Na biblioteca, onde trabalhou por trinta anos, aconteciam casos em que as pessoas não acreditavam que ela trabalhava lá, ficando espantados quando percebiam que, de fato, Ada falava a verdade: “Ué, você trabalha aqui mesmo! Quando você falou eu não acreditei!”. Ainda na biblioteca ocorreu um segundo caso comentado por ela:

Aí uma vez também eu cheguei na biblioteca e tinha uma senhora com a neta dela, esperando abrir a biblioteca. Ai eu abri, ela entrou e eu falei “Senta, o que a senhora deseja? O que a senhora veio pesquisar?”, ela falou “Não... pode limpar aí, o que você tem de limpar, que eu vou esperar a bibliotecária chegar”, ai eu falei “Ahh ta, tudo bem!”. Ai eu fiquei... fiquei... fiquei, ai fiz tudo e isso era oito e meia quando foi dez e vinte a Joana chegou, ela trabalhava numa outra biblioteca, mas das dez e meia até meio dia ela ficava comigo pra ajudar. Ai ela chegou... branca, com um cabelão e na hora que ela entrou, ela disse “Ai moça, graças a Deus que você chegou. Eu estava esperando você chegar pra mim começar a pesquisa da minha neta.” Ai ela falou “O que a senhora veio pesquisar?”, ela respondeu “É sobre os grupos políticos que tinham na época de Jesus” ai ela falou assim, “Ué Ada, você que sabe dessas coisas, você que estudou, fala pra ela!”. (Ada)

Ada disse que a senhora ficou muito sem graça e perguntou porque ela não disse que poderia ajuda-la na pesquisa com os livros, mas Ada retrucou dizendo que em nenhum momento foi indagada sobre qual era a função dela na biblioteca. Após contar estes fatos, Ada conclui que era difícil falar sobre racismo porque os negros aprenderam que situações como a que ela vivenciou, eram naturais, que não deviam ser comentadas e nem criticadas.

A trajetória de vida de Niara, nossa próxima entrevistada, também se inicia em áreas rurais, com o trabalho na roça, assim como Ada. Porém ela não conseguiu concluir ao menos o ensino fundamental, pois não conseguiu conciliar com o trabalho que realizava na época. Apesar de sua vida ter tomado outros rumos, Niara sempre enfrentou o preconceito, assim como Ada.

4.7 A trajetória profissional de Niara

Niara é uma senhora muito alegre de 57 anos. A entrevista com ela durou 15 minutos e ela relatava os casos vivenciados de uma forma muito tranquila. Niara estudou até a 4ª série do ensino fundamental, atualmente trabalha como faxineira em uma empresa terceirizada.

Quando criança, Niara morava na roça e sempre ajudou os pais e seus irmãos com os serviços domésticos e também com o trabalho fora de casa. Não conseguiu conciliar trabalho e estudo e, por isso, parou de estudar para que pudesse continuar a ajudar na renda da família.

Aos 15 anos começou a trabalhar como doméstica, fazia a faxina, cuidava de duas crianças e as levava para o colégio. Ela comenta que sempre atendia aos patrões e aos filhos deles primeiramente, para depois fazer as coisas dela, além disso, ela conta que também dormia no serviço.

As domésticas sempre comem depois e ia cuidar dos meus serviços até às quatro horas da tarde, quatro horas da tarde eu ia pra colégio buscar as duas crianças que eu tomava conta e vinha pra casa dar banho, lanche e ficar com eles até eles dormirem, depois que eles dormiam, aí que eu ia tomar banho pra mim poder dormir... isso era na faixa de onze horas da noite. (Niara)

Niara conta ainda, que, naquela época, as patroas diziam que era desnecessário assinar a carteira das domésticas, que era uma bobagem, sem necessidade. Além de não conseguir seus direitos, Niara fala que não pode realizar seus sonhos, devido à falta de tempo, já que as patroas passavam o dia fora de casa, deixando para que as empregadas cuidassem dos afazeres domésticos, dos filhos delas e da casa como um todo.

Ela saía cinco horas da manhã daqui de Juiz de Fora, ela dirigia, ia lá pra Mar de Espanha, dava aula lá, voltava seis horas da tarde, tomava o banhozinho dela e ia pra faculdade dela. Ela fez faculdade não sei de que... não sei de que... sei que ela fez umas cinquenta faculdades. Já eu não podia estudar porque eu tinha que olhar as crianças dela pra ela fazer faculdade, aí ela podia sair pra estudar, ela só estudava, mal ela lavava a cabeça dela uma vez por semana na casa dela, porque ela lavava o cabelo só no salão porque ela não tinha tempo, dizia ela. (Niara)

Sendo assim, esta é uma evidência de que as mulheres brancas ganharam espaço no mercado de trabalho as custas da vinculação de mulheres negras nas atividades, que até então, elas exerciam. Dessa forma, não há uma emancipação de gênero, mas sim um repasse de atribuições entre mulheres de raça distintas, ou seja, surgiu uma nova hierarquização, estratificando as oprimidas (mulheres negras) das libertas da função do lar (mulheres brancas).

Niara se casou, teve o primeiro filho e ficou um tempo sem trabalhar pois, ele era doente e necessitava de cuidados diários. Niara, então, teve um segundo filho, já com o primeiro crescido e curado, e, por isso, voltou ao mercado de trabalho, dessa vez entrando na formalidade, seguindo os conselhos de uma grande amiga e madrinha de um de seus filhos, de

que ela deveria conseguir um emprego de carteira assinada, para que assim, garantisse seus direitos.

Niara começou a trabalhar em uma empresa terceirizada, como faxineira, que é a empresa na qual ela permanece até hoje.

Quando trabalhava como doméstica, Niara conta que passou por situações difíceis devido a profissão que exercia e devido a sua cor, contando que certa vez, a patroa chegou a deixar comida azeda para que ela pudesse almoçar, não a tratando com dignidade, como se ela fosse um animal.

Tinha pessoas muito boas, mas também tinha pessoas bem cruéis, porque uma vez eu fui fazer faxina numa casa, a mulher me deu comida azeda pra mim comer, e eu fiquei muito triste porque eu acabei a faxina, estava toda molhada que eu tinha lavado terraço [...]quando a gente foi esquentar a comida a mulher deixou comida azeda e eu não comi, falei com a minha colega que eu não ia comer. [...] Ela (a patroa) chegou e falou assim "Uai, vocês não almoçaram, não?" (Niara)

Niara se lembrou que, muitas vezes, chegou a passar fome nos ambientes de trabalho, por não aceitar comer o que a patroa deixava, e que as colegas de trabalho aceitavam aquela situação não por acharem certo, mas por precisarem muito do dinheiro. Ainda assim, Niara, mesmo necessitada, não deixava que a patroa a maltratasse.

Aí ela deu comida azeda pra gente comer, só que eu deixei a comida lá pra ela ver que eu não ia comer comida azeda e a minha colega falou pra ela, entendeu? "Ah não, minha colega falou que a comida tá azeda" Aí ela falou que eu era metida, que eu era uma faxineira metida, que eu era uma faxineira muito antipática. (Niara)

Niara conta que, hoje em dia, para ela, a situação no mercado de trabalho melhorou, pois ela não é tratada como antes, numa época em que, segundo ela, "pobre não se sentava na mesa, preto não sentava na mesa de rico..." (Niara). Apesar de trabalhar em uma empresa terceirizada ela gosta do que faz se sente, de uma certa forma, realizada nessa empresa. Talvez pelo fato de ter sido tão maltratada como doméstica, o emprego atual tenha se tornado um sonho.

Diferente de Niara e de todas as mulheres anteriores, a próxima entrevistada não conseguiu identificar nenhuma forma de racismo sofrido por ela, mesmo tendo de conciliar os serviços domésticos aos estudos, iniciando sua carreira profissional no mercado trabalho informal e trabalhando em uma empresa terceirizada. Sendo assim, mesmo sendo uma mulher negra e sofrendo as consequências de todo um contexto em que leva essa parcela da sociedade a lugares de não poder e ainda sofrendo preconceito, Lina relata não ter sofrido racismo.

4.8 A trajetória profissional de Lina

Trata-se agora a trajetória de Lina, ela tem 26 anos, possui ensino médio incompleto, se formou em técnica de segurança de trabalho e atualmente trabalha como auxiliar de pesquisa em uma instituição pública. Inicialmente, percebeu-se um certo incômodo e constrangimento por parte de Lina, porém ela optou por colaborar com esta pesquisa.

Lina conta que ajudava a mãe nos serviços domésticos e estudava na parte da manhã. Conta que tem irmãos, porém somente as mulheres faziam os serviços de casa, mesmo tendo várias outras rotinas.

Eles acham que são só as mulheres que fazem isso, então era sempre eu que estava ajudando minha irmã, minha mãe, sabe? Mas por minha irmã também trabalhar fora e ela trabalhava fora, ela é doméstica né, secretária do lar que ela gosta de falar, aí pra não pesar muito pra ela eu fazia os serviços de casa. (Lina)

Conta que começou a trabalhar informalmente como babá, cuidando das crianças dos vizinhos, porém não era o que ela realmente queria, ainda assim realizava esse tipo serviço, pois necessitava do dinheiro: “Não era o que eu queria não, trabalhava mexendo com isso mas por dinheiro, né? Sempre ganhava algum dinheirinho assim... mas num era o que eu queria não”. Lia comentou que nunca foi tratada com falta de respeito nesse emprego, todos a tratavam com muita educação.

Posteriormente, foi contratada como jovem aprendiz na prefeitura e novamente ressaltou que nunca faltaram com respeito, que o tratamento sempre foi muito tranquilo, só que as vezes alguém a tratava com ignorância, devido ao fato dela trabalhar com atendimento ao público, algumas pessoas se exaltavam, mas nada extraordinário.

Lina conta que para ser contratada no emprego atual, ela foi indicada e comentou que este é fato corriqueiro nessa instituição pública:

Aqui na verdade você entra basicamente por indicação, seja por servidor que esteja aqui dentro ou por um terceirizado ou algum terceirizado que trabalha aqui. Mas se você quiser entrar de imediato, tenha um servidor em mãos que ele te coloca mais rápido aqui, na base de terceirizada eles vão deixando seu currículo um pouquinho lá pra trás. (Lina)

Sendo assim, caso alguém queira trabalhar como contratado, nessa instituição pública, Lina conta que é mais fácil através de um conhecido que já trabalhe lá dentro para que este faça a indicação, pois se a pessoa for até a empresa que é terceirizada visando essa instituição, o currículo é negligenciado.

Comenta que é um ambiente de trabalho bem tranquilo e que os alunos da faculdade que frequentam o espaço tratam todos com muita educação e que ela nunca presenciou casos de desrespeito e ela não tem do que reclamar.

De acordo com Lina, não houveram fatos ocorridos nos ambientes de trabalho pelos quais ela percorreu, para que ela pudesse comentar. Ela não consegue fazer associação alguma entre algum caso e a questão de raça ou gênero, mesmo sendo uma mulher negra. Sendo assim, segundo Lina, o racismo está presente em nossas vidas, porém ela acha que nunca sofreu esse tipo de preconceito.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: *quais são as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras para ingressarem e se manterem no mercado de trabalho em Juiz de Fora?* Assim sendo, a presente pesquisa partiu deste objetivo: analisar as possíveis barreiras da inserção e manutenção das mulheres negras no mercado de trabalho em Juiz de Fora. Tal objetivo foi desenvolvido em objetivos específicos, quais sejam: a) investigar no período pós-abolição as causas da situação da mulher negra no mercado de trabalho atual; b) analisar como as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho de Juiz de Fora; c) identificar as dificuldades das mulheres para se manterem no mercado de trabalho.

Partiu-se do estudo da trajetória do negro no Brasil, que foi discutido com ênfase nos seus aspectos históricos, desde como se deu o período abolicionista até a questão da política de embranquecimento da população brasileira e a instauração do mito da democracia racial e ainda, a interseccionalidade das relações de raça e de gênero.

Neste contexto e para atender à pesquisa proposta, foi importante entrevistar mulheres negras que atuam no mercado de trabalho em Juiz de Fora, com profissões e idades distintas e, ainda, escolaridades e formações de vários níveis.

Neste aspecto foi observado que independente da escolaridade e formação das entrevistadas, todas afirmaram ter passado por dificuldades na inserção e para se manterem no ambiente de trabalho, exceto uma entrevistada que, apesar de sofrer as consequências do contexto vivenciado pelas mulheres negras, não conseguiu correlacionar seus relatos às questões como o racismo ou de gênero. Em alguns casos, foi relatada ainda a questão da faixa etária, pois além dos casos citados anteriormente, ainda pesa para essas mulheres o fato de estarem na terceira idade.

Atendendo ao primeiro objetivo específico que é investigar no período pós-abolição as causas da situação da mulher negra no mercado de trabalho atual, conclui-se que ainda hoje as mulheres negras sofrem as consequências advindas do período escravocrata.

Tais constatações estão de acordo com as afirmações de Kowarick (1994) e Santos (2001), se remetendo ao período pós-abolição, em que os negros, teoricamente livres do trabalho escravo, ficaram à mercê de uma elite branca e com tendências racistas, que impôs a população negra as piores condições de trabalho com as menores remunerações.

As consequências deste fato perduram até os dias atuais, como podemos observar na fala de Dara, quando ela relata que atualmente, mesmo qualificada, ainda enfrenta dificuldades, pois as mulheres negras ocupam os cargos mais subalternos e ganham menos, mesmo conquistando um aumento progressivo em seu grau de escolaridade.

As afirmações desses autores podem ser demonstradas na forma de tratamento que Niara recebeu em um de seus empregos. A entrevistada relatou que sua patroa chegou a deixar comida azeda para que ela pudesse almoçar, porém ela não comeu e a patroa ainda a questionou, dizendo que ela era uma doméstica “muito metida”.

De acordo Jaccoud (2008), no período pós abolicionista, houve uma naturalização das desigualdades raciais, o que permitiu sua disseminação de modo que, ainda nos dias atuais, conseguimos verificar suas consequências. Podemos observar esse fato nas palavras de Ada, que descreveu como era mal tratada, pois as patroas não deixavam que as empregadas domésticas se alimentassem, chegando, muitas vezes a passar fome. Ela também contou que achava esse tipo de situação comum, devido a forma como foi criada e por não ter a consciência que, na verdade, estava sofrendo racismo.

Ada também relata que foi criada para a subalternidade, sombra do modo como os escravizados foram tratados, pelo fato de ser negra; e que seus pais lhe ensinaram que não poderia se misturar com os brancos, pois o mundo era destes e concluiu “então a gente sempre pensou essa questão do nosso lugar que era sempre uma posição subalterna” (Ada).

Além disso, Ada relatou que o sonho de sua mãe era que ela soubesse ler as receitas para cozinhar para as patroas, porém Ada queria estudar. “Aí quando eu estava terminando a quarta série, surgiu, lá em Floresta, uma escola de ensino fundamental, o antigo ginásio... aí eu mandei meu nome, cheguei em casa e falei ‘Mãe, vou estudar, mandei meu nome... vou estudar no ginásio’, aí ela ‘O que? Você fez isso sem a gente mandar, você não vai fazer nada disso não!’ ‘Aí me deu uma surra’” (Ada).

Portanto, pode-se verificar que houve uma continuidade dos costumes que eram mantidos no período escravocrata, sendo que a abolição não transformou as desigualdades sociais e ainda houve uma disseminação dos valores racistas que mantiveram a população negra desassistida. Conclui-se, então, que estes fatores afetaram diretamente o modo como a mulher negra se insere no mercado de trabalho atualmente.

Em resposta ao segundo objetivo específico de analisar como as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho de Juiz de Fora, destaca-se a questão da inserção destas primeiramente num mercado informal, que são os mais precários. E, ainda, a questão da falta

de opção para essas mulheres, fazendo com que essas se sujeitem a empregos que elas mesmas denominavam como ingratos e injustos.

Estes fatos estão em consonância com o que Moreno (2016) afirma sobre a extensão do trabalho doméstico na vida profissional das mulheres, fazendo com que a maioria dos serviços ligados a limpeza e educação infantil estejam relacionados a uma figura feminina.

Isso também pode ser corroborado com as palavras de Bento (2016), no que diz respeito a carreira profissional da mulher negra, pois as mesmas apresentam os piores indicadores quando se trata das taxas de participação no mercado de trabalho, alta taxa de desemprego, e principalmente, a entrada informal nesses espaços com rendimentos inferiores.

A maioria das entrevistadas realizavam os trabalhos do dia-a-dia em suas casas, sozinhas ou auxiliando suas mães, em nenhum dos casos o pai ajudava nesse tipo de função. Isso se evidencia no caso de Jamila a qual contou que sua mãe parou de trabalhar assim que se casou, para que cuidasse apenas das filhas e do serviço doméstico. No caso de Ramla, com o falecimento de sua mãe e mesmo sendo uma criança, seu pai raramente a auxiliava nessas atividades.

Quando se trata da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, verifica-se que a maior parcela das entrevistadas iniciaram sua trajetória profissional no mercado de trabalho informal, não porque queriam, mas porque era a única alternativa que tinham naquele momento, como forma de compor suas rendas, sendo que algumas ainda trabalham na esfera terceirizada, que possui características limitadas.

Corroborando este fato, Lina comentou que começou trabalhando como babá de seus vizinhos, contudo não era a atividade que ela realmente queria exercer, ainda assim, aceitou o trabalho, pois necessitava do dinheiro “Não era o que eu queria não, trabalhava mexendo com isso mas por dinheiro, né? Sempre ganhava algum dinheirinho assim... mas num era o que eu queria não” (Lina).

Ainda nesse sentido, Dara disse que não acreditava que poderia ocupar cargos de poder, dessa forma procurava o que achava que era ideal para ela, ou seja, empregos mais subalternos. “Eu tinha aspirações mas tinha medo de ir em determinado lugares procurar emprego e não ser aceita, né? Por conta da aparência. [...] Eu não me via no meio de determinadas empresas”. É importante destacar aqui a questão da falta de representatividade nas organizações como demonstração da diversidade, o que, muitas vezes, inibe a inserção das mulheres negras nesses espaços.

Observa-se, dessa forma, que a mulher negra se insere no mercado de trabalho informal, devido à necessidade e que, por não se sentir representada em determinados espaços, elas não

possuem anseios de ocupar cargos de poder, mas não por que não desejam, mas por que se sentem desconfortáveis.

Sendo assim, os impactos sobre os negros, principalmente sobre a mulher negra, se fazem sentir ainda nos dias atuais, como, por exemplo, o subemprego. Refletindo fatos ocorridos no período pós-abolicionista em que houve uma exclusão dos negros no mercado de trabalho e ainda uma pressão para que estes ocupassem cargos subalternos que exigiam menos qualificação e de baixa remuneração.

Atendendo ao terceiro, e último, objetivo específico que é identificar as dificuldades das mulheres para se manterem no mercado de trabalho, apenas uma entrevistada, a Lina, relatou não ter passado por situações constrangedoras como, por exemplo, casos de racismo. Destaca-se que, em alguns casos, essa situação era normalizada como se fosse comum a discriminação racial ali sofrida, além de casos de machismo segundo apontamentos das entrevistadas.

Podemos associar este fato às palavras de Bento (1995), segundo o qual, juntamente a perspectiva de gênero deve-se levar em consideração a cor, tratando o fator racial como relevante. Nesse esteio, destaca que as especificidades das questões da mulher negra não se esgotam na discussão geral sobre gênero.

Na mesma direção, Jamila relatou ter sofrido assédio sexual pelo seu chefe no primeiro emprego, no qual permaneceu apenas por quatro dias. “Eu fiquei numa parte de lavar prato, ele chegou a ficar esbarrando o corpo em mim, ficar falando que eu era muito bonita, que meu noivo era muito bobo de não estar casado comigo, que ele adorava mulheres negras [...]” (Jamila). Nota-se a objetificação da mulher negra neste episódio, visto que ela é sexualizada pelo seu chefe que, portanto, se sente em condições de assediá-la e de opinar sobre aspectos de sua vida pessoal.

Ainda de acordo com Jamila, a mulher negra sofre uma dualidade de preconceito, por ser mulher e por ser negra, mas que ela ainda se questionava qual fator se sobressai, se era a raça ou o gênero. Concluiu, de acordo com a sua trajetória, que questões de raça predominam devido ao fato de que as mulheres negras ainda possuem os piores índices no mercado de trabalho, se comparado com os índices de mulheres brancas.

Pode-se ressaltar o fato de que a raça sobressai a questão de gênero, devido a evidências de que as mulheres brancas ganharam espaço no mercado de trabalho às custas da vinculação de mulheres negras nas atividades, que até então, elas exerciam. Isso se evidencia na fala de Niara que, segundo ela, não pôde realizar seus sonhos, devido à falta de tempo, pois sua patroa passava o dia fora de casa, deixando que ela e as outras empregadas cuidassem dos afazeres domésticos e de seus filhos.

Ela saía cinco horas da manhã daqui de Juiz de Fora, ela dirigia, ia lá pra Mar de Espanha, dava aula lá, voltava seis horas da tarde, tomava o banhozinho dela e ia pra faculdade dela. Ela fez faculdade não sei de que... não sei de que... sei que ela fez umas cinquenta faculdades. Já eu não podia estudar porque eu tinha que olhar as crianças dela pra ela fazer faculdade, aí ela podia sair pra estudar, ela só estudava, mal ela lavava a cabeça dela uma vez por semana na casa dela, porque ela lavava o cabelo só no salão porque ela não tinha tempo, dizia ela. (Niara)

Quando se trata da discriminação racial é apontado na literatura, a partir de autoras, como Bento (1995), que as mulheres negras sofrem racismo no ambiente de trabalho. Isso pode ser corroborado na fala de Ada:

O pessoal fazia brincadeira boba comigo, mandava eu fazer os serviços mais pesados porque elas não queriam, gostavam de me fazer a palhaça. Depois eu fui perceber que essa questão de eu ser palhaça era porque eu era preta, então eu tinha que ser palhaça pra poder ficar no meio e continuar trabalhando e não ser antipática. (Ada)

Além deste fato, verifica-se a necessidade de citarmos um segundo caso relatado por Ada:

Aí uma vez também eu cheguei na biblioteca e tinha uma senhora com a neta dela, esperando abrir a biblioteca. Ai eu abri, ela entrou e eu falei "Senta, o que a senhora deseja? O que a senhora veio pesquisar? ", ela falou "Não... pode limpar aí, o que você tem de limpar, que eu vou esperar a bibliotecária chegar", ai eu falei "Ahh ta, tudo bem!". Ai eu fiquei... fiquei... fiquei, ai fiz tudo e isso era oito e meia quando foi dez e vinte a Joana chegou, ela trabalhava numa outra biblioteca, mas das dez e meia até meio dia ela ficava comigo pra ajudar. Ai ela chegou... branca, com um cabelão e na hora que ela entrou, ela disse "Ai moça, graças a Deus que você chegou. Eu estava esperando você chegar pra mim começar a pesquisa da minha neta." Ai ela falou "O que a senhora veio pesquisar? ", ela respondeu "É sobre os grupos políticos que tinham na época de Jesus" ai ela falou assim, "Ué Ada, você que sabe dessas coisas, você que estudou, fala pra ela! ". (Ada)

Conclui-se, dessa forma, que a mulher negra se mantém no mercado de trabalho ainda enfrentando dificuldades e preconceitos, como o racismo, que as mulheres brancas não enfrentam. Este fato dificulta a ascensão das mulheres negras nesses espaços, fazendo com que estas apresentem os piores índices no mercado de trabalho em relação aos homens e as mulheres brancas.

Deste modo em resposta ao problema de pesquisa é possível afirmar que as mulheres negras enfrentam barreiras em sua inserção e manutenção no mercado de trabalho como o peso histórico de mais de 400 anos de escravidão brasileira, e, por consequência, toda uma falsa ideologia criada para a manutenção dos privilégios de uma elite branca além da disparidade da situação dessas mulheres se comparada a situação do homem branco que é a figura que se encontra num lugar de maior poder na sociedade brasileira.

Dessa forma, para que o mercado de trabalho venha a atender essa parcela significativa da sociedade, que são as mulheres negras, é necessário que as organizações se atualizem de

forma a diagnosticar em seus sistemas de recursos humanos, de *marketing* e comunicação sobre os lugares de privilégio para, assim, interceder nos motivos pelos quais persistem os altos níveis de discriminação sobre a mulher negra nos espaços de poder e no mercado de trabalho, de modo geral.

Portanto, julga-se necessária a inserção de fatores como cor/raça nos dados e informações das organizações, mais precisamente no setor de recursos humanos, para que se possa identificar, interferir e conseqüentemente, contribuir para a diversidade no mercado de trabalho.

Este trabalho pode contribuir para as Ciências Administrativas, já que aborda uma temática relevante, porém pouco pesquisada pelos acadêmicos da área. Diante disso, o resultado do trabalho comprovou que este tema ainda carece de mais atenção nos estudos acadêmicos.

Depreende-se, que a partir dos apanhados na literatura sobre a temática relacionada as Ciências Administrativas que há um limitado número direcionado a esta problemática, fazendo, para tanto, a necessidade de futuros estudos que abordem o tema com maior profundidade. Além disso, percebeu-se um limitado número de trabalhos que falasse mais diretamente sobre o tema, sendo que essa problemática está profundamente ligada ao contexto organizacional. Sendo assim, torna-se mais dificultoso instaurar as mudanças necessárias nesses espaços, se nem mesmo a academia trata sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

AQUINO Alves, Mario; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações In: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, vol. 44, n.3, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negro, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 2 ed. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Orgs). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Revista Estudos Feministas** v. 3 n° 2. Florianópolis, 1995.

_____. Exclusão fragiliza responsabilidade social. In: **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, 2003.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analiseped/2016pednegrossintmet.html>. Acessado em 06/11/2017

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no Interior da comunidade negra em São Paulo. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos** v.24 n° 2. Rio de Janeiro, 2002.

_____. O mito da democracia racial e a mestiçagem no brasil (1889-1930). **Revista Diálogos latino-americanos** 10 ed. 2005.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Ribeirão Preto: Paidéia, 2004.

FREYRE, Gilberto de Mello. **Casa grande e senzala**. 42 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GELEDÉS: Instituto de Mulheres negras. **Mulheres negras recebem até 172% menos.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-recebem-ate-172-menos/>. Acessado em 18/10/2017.

GODOI, Christiane Kleinubing; MATTOS, Pedro Lincoln de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais.** São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. 1995. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente, por cor ou raça.** Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/136#resultado>. Acessado em 06/11/2017.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e discriminação racial no Brasil. In: **Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição**, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem.** A origem do trabalho livre no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de história oral.** São Paulo (SP): Loyola, 1996.

MORENO, Rachel. O sexismo custa caro. In: **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas.** 2016.

MUNANGA, Kabemguele. **Negritude usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). **Anais de seminários regionais preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.** Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias. In: **Estudos afro-asiáticos.** nº18. 1990.

